UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE MEDICINA
FUNDADA EM 1963

MESTRADO EM SAÚDE MENTAL E PSICOINTERVENÇÃO

DISSERTAÇÃO

AVALIAÇÃO DAS CRENÇAS SOBRE VIOLENCIA SEXUAL EM RECLUSOS CONDENADOS POR CRIME DE ABUSO SEXUAL NO ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO PROVINCIAL DE MAPUTO

Mestrando: Elias Inoque Anussa

Maputo, Junho de 2026

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE MEDICINA
FUNDADA EM 1963

MESTRADO EM SAÚDE MENTAL E PSICOINTERVENÇÃO

DISSERTAÇÃO

AVALIAÇÃO DAS CRENÇAS SOBRE VIOLENCIA SEXUAL EM RECLUSOS CONDENADOS POR CRIME DE ABUSO SEXUAL NO ESTABELECIMENTO PENITENCIÁRIO PROVINCIAL DE MAPUTO

Nome: Elias Inoque Anussa

Supervisor: Prof. Doutor. Flávio Mandlate

Maputo,Junho de 2026

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE DA DISSERTAÇÃO

Declaro que esta Dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que ela constitui o resultado do meu labor individual. Esta Dissertação é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Saúde Mental e Psicointervenção da Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Medicina.

Assinatura

_____

(Elias Inoque Anussa)

Maputo, Junho de 2026

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos aqueles que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para a construção deste percurso, à minha família, pelo apoio silencioso, pelas palavras de incentivo e pela paciência ao longo das longas horas dedicadas a este estudo.

Aos meus professores e orientadores, cuja orientação, rigor e inspiração foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação, e por fim, dedico este trabalho a mim mesmo(a), pela resiliência, disciplina e coragem de avançar, apesar dos desafios. Que este seja apenas um dos muitos passos rumo às realizações futuras.

AGRADECIMENTOS

A jornada de elaboração desta dissertação de mestrado foi marcada por desafios superados e, sobretudo, por um inestimável apoio que desejo sinceramente reconhecer. À Universidade Eduardo Mondlane e à Faculdade de Medicina**,** expresso minha profunda gratidão pela oportunidade de aprofundar meus conhecimentos e pela excelência do programa de Mestrado em Saúde Mental e Psicointervenção, que tanto contribuiu para a minha formação.Ao Professor Doutor Flávio Mandlate, meu estimado supervisor, estendo meu mais sincero agradecimento pela orientação perspicaz, pela disponibilidade incansável, pelos conselhos valiosos e pelo constante incentivo. Sua sabedoria e apoio foram pilares essenciais para a concretização deste trabalho.

Aos participantes do estudo**,** os reclusos do Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo (EPPM), minha gratidão pela confiança depositada e pela coragem em partilhar suas experiências e percepções. A contribuição de cada um foi fundamental para a riqueza e a relevância desta pesquisa.À direção e equipe do Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo (EPPM)**,** em especial a chefe Eva João, agradeço imensamente pela colaboração e facilitação na realização da pesquisa, reconhecendo o apoio indispensável que permitiu o acesso aos dados e a condução das entrevistas em um ambiente tão desafiador.

À minha família, em especial a minha cônjuge Maria Helena Felizardo Lissave, por todo o amor incondicional, compreensão e paciência dedicados ao longo deste percurso. Vosso apoio foi a força motriz nos momentos mais exigentes.Ao amigo e colega Armando Tinosse, cujo incentivo e apoio foram uma fonte constante de inspiração e motivação. Finalmente, a Deus**,** pela força, resiliência e sabedoria concedidas em cada etapa desta jornada. A todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, o meu muito ob

Indice

1. Introdução 1
2. Motivação 2
3. Problema 3
4. Revisão de literatura 5
4.1. Aspectos gerais do abuso sexual 5
4.2. O Perfil do Agressor na Atualidade 5
4.3. Impactos na Vida Adulta e o Papel da Resiliência 5
4.4. A Perspectivas sobre a Classificação de Ofensores Sexuais 5
4.5. O Dilema entre a Clínica e o Crime 6
4.6. Categorias de Preferência Sexual e Implicações 6
4.7. O Perfil de Escolha das Vítimas 7
4.8. Raízes e Fatores Etiológicos da Agressão Sexual 8
4.9. Fatores Etiológicos nos Transtornos de Preferência Sexual: Uma Análise Humana e Clínica 9
4.11. Conceito de violência 10
4.11.1. Tipos de violência 10
4.11.2. Tipos de violência quanto a sua natureza 11
Violência Física 11
4.11.3. Factores associados a violência sexual 13
4.11.4. Violência sexual no contexto Moçambicano 14
4.11.5. Violência sexual no contexto jurídico Moçambicano 15
4.12. Crenças e violência sexual 16
5. Enquadramento conceptual 17
5.1. Distinção dos conceitos de violência e agressão sexual 17
5.2. A Invisibilidade e o Paradoxo da Reincidência 17
5.3. Comportamentos dos agressores sexuais 18
5.4. A violência como instrumento de poder 18
5.5. Modelos Teóricos e Fenomenologia da Agressão Sexual 19
5.6. O Modelo das Precondições de Finkelhor: (A Logística do Crime) 19
5.7. Perfil criminal dos agressores sexuais 20
5.8. Teoria da Cultura do Estupro 21

5.9. A Engrenagem da Cultura do Estupro: Crenças e Comportamento Social 22
5.10. A Teoria dos Mitos: O Mecanismo de Defesa Coletivo.....22
5.11. Teoria das Crenças Societais 22
5.12. A Natureza e a Resistência das Crenças 23
5.13. Tipologias e o Repertório Cognitivo 23
5.14. A Perspectiva Micro e Macro: Do Intraindividual ao Societal.....24
5.15. Validação e Similaridade.....24
5.16. O Sistema de Rokeach e as Crenças Primitivas 24
5.17. Correntes teóricas de Violência de gênero: Dominação Masculina e Dominação Patriarcal……25
5.18. Cumplicidade vs. Coerção 25
5.19. Esquemas e Crenças no Agressor.....26
5.20. A Justificativa da Violência e a Manutenção do Ciclo.....26
5.21. Modelo do Processamento da Informação.....27
5.22. O Fluxo da Cognição Humana 28
5.23. A Resposta como Reflexo da Percepção 28
6. Objectivos do estudo 29
6.1. Geral……...29
6.2. Específicos……. 29
7. Metodologia 30
7.1. Desenho de estudo.....30
7.2. Procedimentos de recolha de dados 30
7.3. Local de estudo 31
7.3.1. Breve Historial do Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo.....31
7.3.2. O processo de reforma dos serviços prisionais compreendeu as seguintes fases: 32
7.3.3. Divisão Administrativa do Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo 33
7.3.4. Distribuição por Pavilhão 34
7.4. Período de estudo 34
7.5. População de Estudo, Amostra e Modo de Seleção dos Participantes.....34
7.5.1. População do Estudo 34
7.5.2. Participantes.....34
7.5.3. Amostra.....35

7.5.4. Formula para cálculo da amostra 35
7.6. Modo de selecção dos participantes e amostra 36
7.6.1. Critérios de inclusão 36
7.6.2. Critério de exclusão 36
7.7. Procedimentos de recolha de dados 36
7.7.1. Procedimentos e técnicas para a fase qualitativa 37
7.7.2. Instrumentos de recolha de dados da fase qualitativa 38
7.7.3. Plano de gestão e análise de dados qualitativos 38
7.8. Procedimentos e técnicas para a fase quantitativa 39
7.8.1 Instrumentos de recolha de dados da fase quantitativa 39
7.8.2. The Sexual Compulsivity Scale (SCS) -Escala de Compulsividade Sexual (ECS) 39
7.8.3. Escala de Crenças Sobre Violência Sexual (ECVS) 39
7.8.4. Dimensões da Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) e respectivos factores. 40
7.9. Plano de gestão e análise de dados quantitativos 41
7.9.1. Analise estatística 42
8. Variáveis 43
9. Considerações éticas 45
9.1. Normas éticas seguidas para aprovação do estudo 45
9.2. Recrutamento e Consentimento informado 45
9.3. Potenciais riscos e como estes foram minimizados 45
9.3.1. Para mitigar esses riscos, foram implementadas as seguintes estratégias: 46
9.4. Potenciais benefícios 47
9.5. Confidencialidade 47
10. Apresentação dos resultados , Discussão e Análise de dados 48
10.1. Observação Etnográfica 49
10.1.1. Reacções aos Estímulos 49
10.1.2. Expressão de Emoções 50
10.1.3. Nível de Autoconsciência 51
10.2. Análise qualitativa em profundidade 51
10.3. Categorização e interpretação dos temas emergentes 52
10.3.1. Minimização da Gravidade e Culpabilização da Vítima 52
10.3.2. Dominação Masculina, Internalização da Violência e Negação do Consentimento 53

10.3.3. Externalização da Responsabilidade e Justificativa Situacional/Cultural 54
10.3.4. Definição Distorcida da Violência Sexual e Atribuição de Manipulação à Vítima 55
10.3.5. Normalização da Transgressão e Desvalorização do Dano 55
10.4. Caracterização dos dados sociodemográficos.....56
10.5. Estatística Descritiva sobre o Acto Criminal (Abuso Sexual) 57
10.6. Estatística Descritiva dos Fatores Relacionados ao Crime.....59
10.7. Associação entre Compulsão Sexual (SCS) e Variáveis Psicossociais e Comportamentais 61
10.8. Associação entre Variáveis Psicossociais e comportamentais e a Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS).....63
10.9. Discussão. 65
10.9.1. A Invisibilidade Estatística e a Natureza das Crenças Societais. 65
10.9.2. Desmistificação do Impulso Sexual 66
10.9.3. Mecanismos de Blindagem do Self: Desvinculação e Neutralização 66
10.9.4. A Distorção Semântica e a Normalização da Transgressão.....67
10.9.5. Tensões Clínicas.....68
11. Limitações do estudo.....69
12. Conclusões e recomendações.....70
12.1. Conclusões 70
12.2. Recomendações do Estudo 72
12.2.1. Recomendações para o Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo (EPPM) ...72
12.2.2. Recomendações para a área Académica 72
13. Referências.....74
14. Apêndices xiii
14.1. Apêndice I: Questionário sócio demográfico nº xiii
14.2. Apêndice II: Instrumentos de colecta de dados.....xv
14.2.1. Escala de Crenças Sobre Violência Sexual (ECVS) xv
14.3. Apêndice III: Escala de Compulsividade Sexual (SCS)..... xviii
15. Anexos.....xxi
15.1. Anexo I: Consentimento informado.....xxi
15.2. Anexo II: Carta de cobertura do local onde foi realizado o estudo. xxii
15.3. Anexo III: Parecer do supervisor para a submissão de Dissertação xxiii
15.4. Anexo IV: xxiv

Carta de Autorização para anexação de artigo para submissão de Dissertação xxiv
15.5. Anexo V: CURRICULUM VITAE xxv
15.6. Anexo VI: Pedido de autorização para utilização da escala de crenças sobre a violência sexual (ECVS) XXVII

Lista de Abreviaturas e Siglas

ADM	Administração
APA	*American Psychiatric Association* (Associação Americana de Psiquiatria)
C.P.S.	Controlo Penal Sistemático
CIBS	Comité Institucional de Bioética para a Saúde
DNAM	Direcção Nacional de Assistência Médica
ECVS	Escala de Crenças Sobre Violência Sexual
EPPM	Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo
FAMED	Faculdade de Medicina
HCM	Hospital Central de Maputo
ITS	Infecção de Transmissão Sexual
MISAU	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SCS	*Sexual Compulsivity Scale* (Escala de Compulsividade Sexual)
SERNAP	Serviço Nacional Penitenciário
SNASP	Serviço Nacional de Segurança Popular
SPSS	*Statistical Package for the Social Sciences*
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UGEA	Unidade Gestora Executora das Aquisições
UTUSP	Unidade Técnica de Unificação do Sistema Prisional
VBG	Violência Baseada no Género
VF	Violência Física
VP	Violência Psicológica
VS	Violência Sexual
WHO	*World Health Organization* (Organização Mundial da Saúde)

Lista de tabelas e figuras

Tabela 1: Alterações organicas e localizações cerebrais……9

Tabela 2: Sanções para os crimes consumados……..……...16

Figura 1: Modelo do processamento de informação esquemático ou modelo linear. (J.L.Pretzer e A.T. Bech, 2005)……27

Tabela 3: Dimensões da Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) e respectivos factores……..41

Tabela 4: Matriz das variáveis por objectivos específicos……. ……..44

Tabela 5: Estatistica Descritiva dos dados Sociodemografico…….….57

Tabela 6: Estatstica descritiva sobre a acto criminal (abuso sexual)…….…59

Tabela 7: Estatistica Discritiva dos Factores relacionados ao crime ……...61

Tabela 8:Associação entre Compulsão Sexual e variaveis psicossociais e comportamentais…..62

Tabela 9:Associação entre Factores relacionados ao crime e Crenças sobre Sexual……...64

RESUMO

Este estudo investiga as representações cognitivas de indivíduos condenados por crimes de abuso sexual no Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo (EPPM). Através de uma abordagem mista, a investigação combinou uma imersão etnográfica, baseada em observação direta e entrevistas profundas com 15 reclusos, com uma análise quantitativa aplicada a 41 participantes, utilizando a Escala de Compulsividade Sexual (SCS) e a Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS). Os dados apontam para uma presença marcante e uniforme de crenças que validam a violência sexual. Mais do que traços isolados de cada indivíduo, estas distorções configuram-se como crenças societais. Esta tese é reforçada pelo facto de não existirem ligações estatísticas relevantes entre as crenças e fatores como o histórico criminal ou o uso de substâncias. Isto sugere que a raiz do abuso não é individual, mas emerge de um sistema de dominação masculina que coisifica a figura feminina no contexto moçambicano. A análise qualitativa revelou processos de desvinculação moral, nos quais os agressores negam a responsabilidade e culpam a vítima, circunscrevendo o crime apenas à violência física evidente. Um achado fundamental, derivado da SCS, é que a maioria dos participantes apresenta baixos níveis de impulsividade sexual. Este dado descontrói a ideia comum do crime como uma perda de controlo instintiva. Conclui-se, portanto, que nestes casos a violência sexual funciona menos como uma patologia do impulso e mais como uma ferramenta de afirmação de poder e domínio ideológico.

Palavras-chave: Violência sexual, Crenças societais, Reclusos, Dominação masculina, Moçambique.

ABSTRACT

This study investigates the cognitive representations of individuals convicted of sexual abuse crimes at the Maputo Provincial Penitentiary Establishment (EPPM). Through a mixed-methods approach, the research combined an ethnographic immersion, based on direct observation and in-depth interviews with 15 inmates, with a quantitative analysis applied to 41 participants, using the Sexual Compulsion Scale (SCS) and the Sexual Violence Belief Scale (ECVS). The data point to a striking and uniform presence of beliefs that validate sexual violence. Rather than isolated individual traits, these distortions present themselves as societal beliefs. This thesis is reinforced by the fact that there are no statistically relevant links between these beliefs and factors such as criminal history or substance use. This suggests that the root of abuse is not individual, but rather emerges from a system of male dominance that objectifies the female figure within the Mozambican context. The qualitative analysis revealed processes of moral disengagement, in which the perpetrators deny responsibility and blame the victim, confining the crime solely to overt physical violence. A fundamental finding, derived from the SCS, is that the majority of participants display low levels of sexual impulsivity. This evidence deconstructs the common notion of the crime as an instinctive loss of control. It is therefore concluded that, in these cases, sexual violence functions less as a pathology of impulse and more as a tool for the affirmation of power and ideological dominance.

Keywords: Sexual violence, Societal beliefs, Inmates, Male dominance, Mozambique.

1. Introdução

Atualmente, a violência é reconhecida como um flagelo global de morbimortalidade, atingindo severamente as camadas mais jovens, independentemente de género, etnia ou estrato social (De Antoni & Koller, 2010). No que concerne à violência sexual, estamos perante uma crise de saúde pública e justiça social, que engloba desde a tentativa de acto sexual até à exploração da sexualidade sob coação, ignorando o contexto ou a relação de proximidade entre os envolvidos (OMS, 2002).

Estudos realizados por Dias (2018), afirma que a violência é um fenómeno transversal e universal. Contudo, a sua génese é complexa, estando profundamente enraizada em paradigmas socioculturais e religiosos. Historicamente, estes modelos fomentaram construções rígidas sobre a masculinidade e a feminilidade, legitimando, em muitos contextos, uma ilusória superioridade masculina e um suposto direito de posse sobre o corpo da mulher. Esta visão, muitas vezes confinada ao silêncio do ambiente doméstico visto como um domínio privado e intocável, ergueu barreiras significativas à denúncia e ao combate eficaz deste crime (Soares & Cláudio, 2010).

Neste cenário, o silêncio atua como o principal aliado do agressor, desumanizando a vítima e reduzindo-a a um mero objecto de poder (Amazarray, 1998; Koller, 2010). É paradoxal que a violência sexual ocorra, frequentemente, no âmago da família, o local que deveria simbolizar o refúgio e a máxima proteção. Consequentemente, as crenças que cada indivíduo detém sobre a violência moldam a sua percepção do mundo e as suas atitudes, sendo determinantes para compreender a conduta de agressores e a resposta das vítimas (Machado, Matos, & Gonçalves, 2006).

2. Motivação

A presente dissertação, intitulada Avaliação das Crenças Sobre Violência Sexual em Reclusos Condenados por Crime de Abuso Sexual, nasce não apenas de um imperativo académico, mas de uma inquietação profunda cultivada durante o meu percurso como psicólogo clínico. Ao longo da prática profissional, fui confrontado com realidades que transformaram o meu interesse técnico numa busca por respostas a questões de elevada repercussão social. O ponto de viragem e a interrogação que norteia este estudo residem na tentativa de compreender: o que justifica a percepção de um crescimento contínuo nos casos de abuso sexual na nossa sociedade atual?

Este interesse, inicialmente clínico, foi alimentado por debates contemporâneos nas esferas digitais e redes de comunicação. Nestes espaços, a sociedade civil e o mundo académico convergem na identificação de uma lacuna: a necessidade de examinar o fenómeno de forma mais densa. Entre as múltiplas variáveis em jogo, a interdependência entre os sistemas de crenças e a prática do abuso sexual revelou-se o campo mais fértil e urgente para investigação.

Moçambique, infelizmente, espelha esta gravidade global. Os dados nacionais são alarmantes: cerca de metade dos episódios de violência reportados contra mulheres referem-se a abusos sexuais. A estatística ganha contornos dramáticos, com 37% das mulheres a relatarem violência sexual e uma média de dois óbitos mensais decorrentes de agressões, maioritariamente perpetradas pelos próprios cônjuges (MISAU-DNAM, 2022)). É nesta urgência de compreender as "crenças" que sustentam tais atos que esta investigação encontra a sua razão de ser.

3. Problema

A violência não é apenas um dado estatístico, é uma presença constante e devastadora que atravessa os lares, as escolas e os espaços públicos, moldando negativamente o tecido social. Esta persistência gera um estado de alerta legítimo entre cidadãos, líderes e académicos, exigindo uma análise que vá além da superfície. Por ser um fenómeno profundamente complexo e multidimensional, a violência requer um olhar interdisciplinar que consiga decifrar os mecanismos invisíveis que a sustentam na nossa cultura.

Neste cenário, torna-se fundamental avaliar como as crenças individuais e os sistemas de valores de cada sujeito atuam como motores para a perpetuação de comportamentos agressivos. Quando encaramos a violência como uma crise de saúde pública, reconhecemos o peso das suas sequelas, danos profundos que cicatrizam lentamente e afetam o desenvolvimento pessoal, social e económico de comunidades inteiras (Pacheco, 2012). No campo da violência sexual, as marcas são particularmente severas. As vítimas enfrentam um risco elevado de desenvolver patologias físicas e mentais que comprometem a sua trajetória afectiva e sexual.

Estudos conduzidos pela OMS e ONU (2025), indicam que a prevalência blobal ao longo da vida é de 840 milhões de mulheres equivalente a 30% (quase 1 em cada 3 mulheres no mundo), já sofreram violência física ou sexual, sendo a maioria protagonizada por parceiros íntimos. Em contra partida, ao nível de África austral, a prevalência de experiência de sexo forçado ao longo da vida varia entre 6 à 27%. Em Moçambique, a realidade é especialmente dura, os dados revelam que cerca de 37% das mulheres entre 15-49 anos já foram vítimas de alguma forma de violência em algum momento das suas vidas. (MISAU-DNAM, 2022).
O estudo propõe uma discussão à luz da psicologia forense, focalizando a mesma no agressor, suas motivações e seu perfil. Sendo assim, colocaram-se as seguintes questões de pesquisa:

- Que influências têm as crenças em relação a violência sexual em reclusos condenados por crime de abuso sexual?
- Qual é a relação existente entre o perfil sócio demográfico e as crenças legitimadoras dos reclusos face a violência sexual?

- Quais são os tipos de crenças sobre violência sexual nos reclusos condenados por crime de abuso sexual?
- Qual é a relação existente entre a sexualidade e as crenças sobre a violência sexual?

4. Revisão de literatura

4.1. Aspectos gerais do abuso sexual

Embora as bases teóricas da década de 90 e início dos anos 2000 ainda sejam fundamentais, estudos recentes (como os de Herman, 2023) enfatizam que o abuso sexual não causa apenas sintomas isolados, mas o que chamamos de Trauma Complexo (C-PTSD). Isso significa que a vítima não sofre apenas com lembranças ruins, mas tem sua própria identidade e capacidade de confiar alteradas, o que exige um olhar clínico muito mais acolhedor e menos focado apenas no diagnóstico frio.

4.2. O Perfil do Agressor na Atualidade

A dificuldade mencionada por Polaschek em 2003 em categorizar o agressor evoluiu para o que hoje entendemos como o Modelo de Risco-Necessidade-Responsividade (RNR). Em vez de tentarmos achar um "diagnóstico médico" único, a ciência atual foca em: Distorções Cognitivas: A forma como o agressor justifica o ato para si mesmo (ex: "ela queria", "não fiz por mal"). Aqui entram escalas como a SCS (Sexual Compulsion Scale), que ajuda a entender se há um componente de impulsividade ou compulsão no comportamento.

Crenças sobre Violência: O uso da ECVS (Sexual Violence Belief Scale) tem sido essencial para mapear como o agressor enxerga o poder e o consentimento, confirmando que o abuso é, muitas vezes, uma ferramenta de controle social e não apenas um "impulso sexual" descontrolado.

4.3. Impactos na Vida Adulta e o Papel da Resiliência

Estudos longitudinais recentes mostram que a solução para o impacto do abuso não passa apenas pela medicação, mas pela reconstrução do vínculo seguro. A neurobiologia do trauma demonstra que o corpo "guarda a pontuação" (van der Kolk, 2020), e a recuperação envolve validar a dor da vítima como um passo essencial para a justiça terapêutica.que dificulta uma categorização diagnóstica médica para a mesma.

4.4. A Perspectivas sobre a Classificação de Ofensores Sexuais

Embora essencial para o desenvolvimento de protocolos terapêuticos e para a precisão de diagnósticos, a classificação de indivíduos que cometem crimes sexuais ainda é um campo que carece de aprofundamento. Classificar não é apenas rotular; é uma ferramenta estratégica que

define desde o prognóstico de reabilitação até a forma como o sistema jurídico e de saúde abordará o sujeito.

Contudo, este processo enfrenta desafios éticos e práticos significativos: A heterogeneidade Comportamental: A vasta gama de comportamentos sexuais torna difícil criar "caixas" rígidas sem ignorar a individualidade do caso. O risco de reducionismo: Existe o perigo de que uma classificação puramente clínica limite a visão do terapeuta, ignorando nuances sociais ou contextuais da agressão (Polaschek, 2003).

4.5. O Dilema entre a Clínica e o Crime

O diagnóstico psiquiátrico busca padronizar sinais e sintomas para facilitar a comunicação entre especialistas. No entanto, no cenário da violência sexual, surge uma questão complexa: o ato agressivo é um sintoma de um transtorno mental ou um desvio de conduta social?. Com isso, a Associação Psiquiátrica Americana (APA) fundamentou a compreensão das Parafilias, que são padrões de desejo sexual voltados para objectos, situações ou alvos não convencionais. É crucial notar que, no ordenamento jurídico brasileiro, algumas parafilias são crimes em si (como a Pedofilia), enquanto outras (como o Fetichismo) pertencem à esfera da intimidade privada, desde que não envolvam terceiros sem consentimento.

4.6. Categorias de Preferência Sexual e Implicações

O catálogo clínico da APA destaca oito categorias principais que frequentemente cruzam a linha da legalidade quando transpostas para a prática sem consentimento:

Pedofilia- Foco sexual em crianças pré-púberes, um dos quadros de maior risco social.

Exibicionismo- Necessidade compulsiva de expor a genitália a desconhecidos em público.

Frötteurismo- Busca por prazer através do contato físico não autorizado em locais aglomerados.

Sadismo/Masoquismo- "Dinâmicas de dor e humilhação que, se não consensuais, configuram violência grave."

Voyeurismo- A observação invasiva da intimidade alheia sem autorização.

4.7. O Perfil de Escolha das Vítimas

Investigações acadêmicas sugerem que agressores sexuais costumam manifestar inclinações por perfis específicos de vítimas. Embora este grupo seja marcado pela heterogeneidade, criminologistas como Stevens (2000) propuseram modelos para classificá-los. Nota-se, contudo, uma carência de dados que comparem agressores "seriais" (com histórico de mais de três vítimas) e "não seriais". Segundo a perspectiva de Guay et al. (2001), existe uma tendência de continuidade no perfil etário escolhido: quem vitima crianças geralmente reincide contra crianças, assim como quem ataca adultos mantém esse padrão. Essa lógica de "especialização"estende-se ao vínculo afectivo, repetindo-se entre vítimas do círculo familiar ou desconhecidos.

Hanson et al. (2003) reforçam essa tese de especificidade ao observarem o gênero das vítimas. Seus achados indicam que agressores de meninos apresentam maior probabilidade de repetir o crime contra outras crianças do sexo masculino. Curiosamente, os dados mostram que abusadores de crianças (especialmente de meninos sem laço familiar) possuem as maiores taxas de reincidência, enquanto agressores de mulheres adultas apresentam índices menores de repetição específica do delito.

Um factor crítico nesse cenário é o uso de substâncias. O abuso de álcool e narcóticos está frequentemente ligado à reincidência criminal (Swartz e Lurigio, 1999). Entretanto, apesar da alta taxa de repetição entre agressores de crianças do sexo masculino, ainda faltam estudos profundos que cruzem esse comportamento com a dependência química.

A lacuna na literatura científica é evidente. Embora o tema dos "agressores seriais" seja explorado na cultura popular, a ciência ainda precisa investigar melhor o que diferencia o agressor recorrente do eventual (Guay et al., 2001) e quais as distinções comportamentais entre quem foca em adultos versus crianças (Quinsey et al., 2003). Diante disso, Finney (2003) propõe frentes urgentes de estudo:

O impacto do álcool (tanto no momento do crime quanto no uso crônico); Como a bebida influencia diferentes dinâmicas entre agressor e vítima; A relação entre entorpecentes e a idade do agressor.

Para Quinsey et al. (2003), o caminho para compreender o fenômeno exige comparar criminosos sexuais não apenas com outros infratores violentos, mas também entre si, analisando o gênero e o volume de vítimas para traçar estratégias de prevenção mais eficazes.

4.8. Raízes e Fatores Etiológicos da Agressão Sexual

Compreender as origens da violência sexual contra crianças, jovens e adultos é um desafio complexo, dada a impossibilidade de isolar uma causa única. O abuso sexual é, por natureza, um fenómeno multifatorial, onde elementos de ordem psicológica, biológica e social se entrelaçam na génese do comportamento do agressor. Independentemente de a motivação central ser a busca por poder e degradação da vítima ou a satisfação de impulsos desviantes, nota-se que muitos perpetradores carregam um espectro variado de quadros psicopatológicos (Balier, 1997).

No contexto intrafamiliar, as investigações de Johnston et al. (1999) destacam catalisadores específicos que fragilizam o ambiente e facilitam a ocorrência do abuso: A presença de inclinações sexuais de adultos direcionadas a menores; A desconsideração ou desconhecimento das normas jurídicas de proteção à infância e a Vulnerabilidades sociais, como baixas condições socioeconómicas e a marginalização de grupos étnico-raciais.

Embora, sob a optica da psiquiatria forense, muitos agressores sejam considerados plenamente capazes e sem transtornos mentais óbvios no momento do crime, sendo por isso, processados pela via penal comum, a literatura científica revela nuances importantes. Diversos estudos (Abbey et al., 2003; Dunsieth et al., 2004; Testa, 2002) apontam para uma incidência significativa de comorbidades, como a dependência química e o alcoolismo. Além disso, a impulsividade sexual acentuada e os transtornos de personalidade surgem como traços recorrentes (Knight & Sims-Knight, 2003; Brown & Forth, 1997).

É pertinente notar a correlação entre o consumo de substâncias e a natureza do ato. Segundo Taylor (1995), o álcool atua frequentemente como um desinibidor que intensifica o uso de violência e a intenção de humilhar a vítima. Estatisticamente, a prevalência do alcoolismo entre criminosos sexuais é superior não apenas à da população geral, mas também à de indivíduos condenados por outros delitos violentos. Existe, portanto, uma relação proporcional entre a gravidade da dependência alcoólica e a execução de condutas sexuais ilícitas (Testa, 2002).

4.9. Fatores Etiológicos nos Transtornos de Preferência Sexual: Uma Análise Humana e Clínica

A compreensão dos abusadores sexuais exige um olhar multifacetado. Embora a literatura destaque grupos específicos como pedófilos, produtores de material abusivo e indivíduos com diagnósticos de transtornos de personalidade, afectivos ou esquizofreniformes , existe uma realidade complexa: muitos agressores não apresentam uma patologia psiquiátrica óbvia. Isso nos mostra que o comportamento abusivo nem sempre é fruto de uma "doença" mental clássica, mas muitas vezes de uma desregulação profunda de impulsos e valores.

No caso específico da pedofilia, os dados clínicos revelam um padrão de vulnerabilidade emocional no agressor. Geralmente homens, esses indivíduos frequentemente apresentamdificuldades relacionais (Timidez acentuada e baixa autoestima), déficits sociais (Incapacidade de estabelecer conexões saudáveis com pares da mesma idade), mecanismos de fuga (Uso excessivo de pornografia como substituto para a intimidade real).

4.10. Alterações Orgânicas e Localizações Cerebrais

A pesquisa contemporânea sugere que o comportamento não é apenas "escolha", mas também reflexo de desequilíbrios biológicos, como ilustra a tabela abaixo:

Tabela 1:*Alterações organicas e localizações cerebrais*

Elemento Alterado	Localização Principal no Organismo	Impacto no Comportamento
Cortisol Plasmático	Glândulas Suprarrenais (Eixo HPA)	Relacionado à resposta ao estresse e controle de impulsos. Níveis alterados podem indicar uma desregulação na forma como o indivíduo processa ameaças ou ansiedade.
Norepinefrina	Locus Coeruleus (Tronco Encefálico)	Atua no sistema de alerta e prontidão. Alterações aqui podem levar à hipervigilância ou a uma busca desenfreada por estímulos (impulsividade).

4.11. Conceito de violência

O conceito de violência é intrinsecamente polissémica, moldando-se conforme o contexto histórico e social em que se insere. Segundo Ribeiro e Sani (2008), o que outrora era validado como um código de honra ou um comportamento naturalizado, hoje é alvo de uma crescente intolerância social. Este fenómeno de "sensibilização coletiva" é um padrão importante: a perceção de que a violência está a aumentar pode não derivar apenas de uma maior ocorrência de atos agressivos, mas sim de uma maior capacidade da sociedade e das instituições em identificar e intervir sobre condutas que anteriormente eram invisibilizadas.

Ao cruzar as visões de Ventura, Ferreira e Magalhães (2013) com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde (2002), observa-se que a violência transcende a agressão física imediata. Ela habita num espectro que vai do subtil (violência emocional e verbal) ao explícito (lesão física e morte). O elemento aglutinador nestas definições é a intencionalidade e o desequilíbrio de poder. Não se trata apenas do uso da força física, mas do uso do poder, seja ele simbólico, psicológico ou social, para cercear direitos e impedir o desenvolvimento pleno do indivíduo ou da comunidade.

Contudo, subsiste uma lacuna crítica na literatura apresentada: a dificuldade de estabelecer fronteiras universais para o "aceitável". Como a cultura está em constante mutação, certas formas de coação podem ainda estar camufladas em normas sociais vigentes, escapando às definições clássicas. Assim, a violência não deve ser vista apenas como um ato isolado, mas como uma violação ética que compromete a integridade espiritual e mental, exigindo uma análise que considere sempre o alvo, a natureza do ato e o impacto a longo prazo no tecido social.

4.11.1. Tipos de violência

A compreensão da violência contemporânea exige uma análise que transcenda o ato isolado, focando-se, sobretudo, na natureza do vínculo entre o perpetrador e a vítima. Sob esta ótica, a Organização Mundial de Saúde (2002) propõe uma taxonomia tripartida que permite mapear o fenómeno desde a esfera individual até às dinâmicas geopolíticas: as violências autodirigida, interpessoal e colectiva.

A **violência autodirigida** revela a face mais íntima do sofrimento, onde o indivíduo assume, simultaneamente, o papel de agressor e alvo. Aqui, o comportamento suicida e a automutilação

não são apenas dados estatísticos, mas reflexos de crises de saúde mental e isolamento social. Já a **violência interpessoal** expande este raio de acção para o Outro próximo. É neste domínio que se encontram as maiores complexidades sociais, subdividindo-se entre o ambiente doméstico (violência familiar e em relacionamentos íntimos) e o espaço público (violência comunitária).

Por fim, **a violência colectiva** manifesta-se através do exercício do poder por grupos estruturados como Estados ou organizações terroristas contra comunidades inteiras. Ao agrupar estas ideias, percebe-se um padrão de escalabilidade: a violência migra do "Eu" para o "Nós" e, eventualmente, para o "Eles". Contudo, uma lacuna crítica nesta classificação clássica é a subestimação das violências estruturais e digitais que, embora transversais às três categorias, possuem dinâmicas de anonimato e replicação que a tipologia de 2002 ainda não conseguia prever totalmente.

4.11.2. Tipos de violência quanto a sua natureza

Violência Física

A literatura apresentada (OMS, 2002; Matos, 2002; Redondo et al., 2012) converge para uma definição de violência física que vai além do ato mecânico de agredir. Ela é descrita como uma rutura da integridade, seja por acção direta ou por omissão negligente.

Ao agrupar as ideias dos autores citados, percebemos que a violência física não é um evento isolado, mas um sistema com três pilares fundamentais: A intencionalidade: O factor comum entre Sugarman & Hotaling (1989) e Redondo et al. (2012) é o propósito de causar dor, injúria ou restrição da liberdade. A violência aqui não é acidental, é uma ferramenta de poder.

A Progressividade e Ciclo: O padrão identificado por Matos (2002) revela a natureza insidiosa da agressão. A alternância entre a "calmaria" e a "explosão" cria uma dependência psicológica e um estado de hipervigilância na vítima, tornando o desfecho fatal (homicídio ou suicídio) uma possibilidade latente. A visibilidade vs. Invisibilidade: Embora destaque marcas visíveis (equimoses, fraturas), a omissão mencionada por Redondo et al. lembra-nos que a violência física também ocorre pelo que deixa de ser feito (privação de cuidados), algo muitas vezes negligenciado em diagnósticos rápidos.

Violência psicológica

A violência psicológica é frequentemente descrita como uma "arma silenciosa". Ao contrário da agressão física, que se manifesta em evidências biológicas, o abuso psicológico opera na esfera da subjectividade e do controlo. A literatura (Oliveira, 2011; Straus & Sweet, 1992) converge no facto de que esta violência não é um evento isolado, mas um padrão comunicacional. O objectivo central não é apenas ferir, mas sim anular a autodeterminação. Onde identificamos um padrão claro de intenção vs. Perceção, afirmando que o sofrimento é gerado tanto pela vontade do agressor quanto pela forma como a vítima interpreta a hostilidade constante.

Ao limitar a liberdade e o acesso a bens comuns, o agressor cria um ecossistema de dependência. Um ponto fulcral trazido por Lourenço & Carvalho (2001) é a indissociabilidade das violências: não existe abuso físico sem uma base de abuso psicológico. Esta é uma "lacuna" comum na perceção pública, que tende a valorizar apenas a marca no corpo. A "cicatriz" psicológica é, muitas vezes, mais corrosiva, pois ataca a autoconfiança , o alicerce que permitiria à vítima procurar ajuda.

Além do emocional, a esfera económica e social, a humilhação pública e a restrição financeira são formas de "prisão sem grades". A utilização de preconceitos (cor, deficiência) mostra que o agressor utiliza vulnerabilidades estruturais da sociedade para potenciar o dano individual.

Violência sexual: A violência sexual transcende o ato físico, ela é, essencialmente, uma violação da autonomia. Ao analisarmos a literatura (Redondo et al., 2012; Straus et al., 1996), percebemos que o denominador comum não é o desejo, mas o controlo. A violência não começa necessariamente na agressão física; ela muitas vezes inicia-se na manipulação psicológica e na insistência persistente. Esta "zona cinzenta" é onde reside a maior dificuldade de autoperceção da vítima, especialmente na violação marital, onde o contrato social do casamento é erroneamente usado como uma autorização para o abuso.

A análise de Koss (1993) e da APAV (1998) revela que o dano é holístico. Enquanto as ISTs e as lesões físicas são evidências clínicas, o "uso da estratégia de confusão" pelo agressor é o que mais desestrutura a vítima. Aqui, a violência sexual funde-se com a psicológica, criando um estado de desorientação cognitiva que impede a denúncia.

Assim, sintomatologia descrita por Matos et al. (2009) aponta para um quadro de fragmentação do "eu". A culpa e o isolamento não são apenas consequências biológicas, mas reflexos de uma sociedade que muitas vezes culpa a vítima. A grande lacuna identificada é a normalização de micro-agressões (toques e beijos forçados) que servem de prelúdio para atos de maior gravidade.

Negligência e de abandono : A literatura converge para a ideia de que a violência contra crianças e adolescentes não é um evento isolado, mas uma falha nas redes de cuidado, onde agrupamos essas ideias em três eixos fundamentais:

a) **O Espectro da Negligência ao Abandono:** Diferente de atos impulsivos, a negligência (Veloso, 2015) é caracterizada pela omissão crônica. O abandono surge como a face mais severa desse fenômeno, onde a ausência de provisão básica (alimento, abrigo, educação) interrompe o ciclo natural de desenvolvimento. Aqui, o trauma não nasce do "fazer", mas do "deixar de fazer", gerando um vazio de proteção.
b) **A Violência Sexual como Ruptura Biopsicossocial:** A violência sexual transcende o ato físico, ela é uma questão de saúde pública e poder (Minayo & Souza, 1997). O padrão identificado é o da coerção sobre a imaturidade. Como aponta a OMS, a incapacidade de consentimento da criança transforma o desejo do agressor em uma violação da dignidade humana. É uma intrusão que ignora fronteiras geográficas ou sociais, ocorrendo tanto na privacidade do lar quanto em instituições públicas.
c) **A Natureza Mutável e Multidisciplinar:** Um ponto crucial é a mutabilidade do conceito. O que se define como "abusivo" é filtrado por normas socioculturais e temporais (Furniss, 1993). Isso cria uma lacuna perigosa se a percepção social muda, a proteção pode falhar em contextos onde o abuso é normalizado por tradições ou silêncios colectivos.

4.11.3. Factores associados a violência sexual

A violência sexual, longe de ser um evento isolado ou restrito a "nichos" sociais, é aqui apresentada como um fenómeno omnipresente e multicausal. Ao cruzar as perspetivas de Matos et al. (2009), Habigzang & Caminha (2004) e Dias (2018), percebemos que a vulnerabilidade não é uma escolha, mas o resultado de uma "tempestade perfeita" de factores biológicos, sociais e estruturais. Nesta perspectiva, identificamos três grandes dimensões que se interconectam:

A Dimensão Individual e Biológica: Habigzang & Caminha (2004) trazem uma nuance humana crucial: a idade e a maturidade (fisiológica e psicológica) definem não só o risco, mas a profundidade do trauma. O padrão aqui é a vulnerabilidade do desenvolvimento, quanto mais jovem a vítima, menor a sua capacidade de defesa e maior o impacto a longo prazo.

A Dimensão Microssocial (Família e Escola): Há um consenso entre os autores de que a base do indivíduo é o cenário principal. Matos et al. (2009) e Dias (2018) concordam que a família e a escola são facas de dois gumes. Se por um lado deveriam ser portos de abrigo, a ausência de supervisão, o insucesso escolar e a criminalidade parental transformam estes locais em espaços de risco.

A Dimensão Macrossocial e Cultural: A visão de Abromavay et al. (2002) e Oliveira et al. (2010) eleva a discussão para o nível sistémico. A violência é um "processo" que reflecte as normas e valores de uma sociedade. O padrão identificado é a transversalidade, a violência ignora fronteiras de classe ou raça, embora se alimente da carência socioeconómica.

4.11.4. Violência sexual no contexto Moçambicano

De acordo com Fórum Mulher/UNFPA (2011), a violência sexual é um problema que afecta várias sociedades, no mundo inteiro. Moçambique não é uma excepção. Contudo, este problema ainda é pouco discutido. As questões ligadas à sexualidade são vistas como assuntos privados, pelo que os crimes cometidos neste âmbito, muitas vezes, ainda são tratados ao nível familiar ou comunitário.

O termo violência sexual se refere a qualquer acto de violência que incide sobre a sexualidade humana. Este termo, relativamente recente surgiu como resultado de discussões sobre assuntos como género, direitos humanos, violência baseada no género e violência doméstica. (Fórum Mulher/UNFPA, 2011)

Segundo Direcção Nacional de Assistência Medica-MISAU (2021), os dados existentes no país mostram a dimensão do problema, cerca de 37% das mulheres Moçambicanas entre os 15 - 49 anos já foram vítimas de alguma forma de violência em algum momento das suas vidas. O presente relatório analisa as acções desenvolvidas pelo sector da saúde na área de VBG no Ano de 2021, assim como as tendências e tipologia dos casos atendidos neste período.

A Violência Baseada no Género (VBG) é um problema social e de saúde pública, com impacto profundo na saúde física, mental, sexual e reprodutiva das vítimas e suas famílias. A VBG tem também impactos profundos na educação e na economia do país. Ao nível do Sector de Saúde, tanto público como privado, a VBG é considerada uma urgência médica, tornando-se imprescindível o desenvolvimento de acções contundentes para a provisão de serviços de atendimento integrado, humanizados e de qualidade às vítimas e seus familiares, (MISAU-DNAM, 2021).

4.11.5. Violência sexual no contexto jurídico Moçambicano

Historicamente, o sistema de justiça moçambicano e a própria sociedade categorizaram os crimes sexuais sob a ótica da "honra". No entanto, essa terminologia carrega um fardo social pesado: o silêncio. Como apontam dados do Fórum Mulher e UNFPA, a protecção de uma suposta reputação familiar ou individual muitas vezes sobrepõe-se à busca por justiça, empurrando vítimas para mecanismos informais de resolução que, frequentemente, não garantem a devida reparação ou segurança.

A legislação moçambicana evoluiu para oferecer uma definição mais holística da violência sexual. A Lei 29/2009 (Lei sobre a Violência Doméstica), por exemplo, não limita a violência ao ato físico, mas expande-a para a coerção reprodutiva e a exploração da sexualidade. Por outro lado, o Código Penal de 2019 (Lei 24/2019) estabelece as sanções para os crimes consumados, com uma gradação de penas que reflecte a gravidade da violação da autodeterminação sexual, onde destacamos o seguinte:

Tabela 2: *Sanções para os crimes consumados:*

Tipificação (Lei 24/2019)	Descrição do Ato	Moldura Penal
Violação (Art. 201)	Cópula ou penetração (anal/oral/vaginal) não consensual por força, ameaça ou incapacidade da vítima.	**2 a 8 anos de prisão**
Abuso de Menores <12 (Art. 202)	Qualquer trato sexual com crianças abaixo de 12 anos (proteção absoluta).	**16 a 20 anos de prisão**
Atos com Menores <16 (Art. 203)	Atos sexuais com menores entre 12 e 16 anos.	**8 a 12 anos (com violência) / 2 a 8 anos (sem violência provada)**
Atentado ao Pudor (Art. 204)	Exibicionismo, propostas sexuais importunas ou contacto não consumado.	**Até 2 anos (Agravada se a vítima for <16)**

4.12. Crenças e violência sexual

A compreensão da violência sexual exige, invariavelmente, um mergulho no sistema de crenças que a sustenta. Uma crença não é apenas um pensamento isolado, conforme Hakli (2006) sugere, trata-se de uma predisposição interna para aceitar algo como verdade, muitas vezes operando de forma involuntária e resistente ao contexto imediato. Quando transportamos essa definição para o campo da violência, percebemos que ela deixa de ser um ato puramente individual para se tornar um fenômeno colectivo.

Ao cruzar as perspectivas de Machado et al. (2006) e Guimarães & Campos (2007), emerge um padrão claro: a violência não ocorre em um vácuo. Ela é "autorizada" por normas sociais e valores culturais que moldam a percepção do que é aceitável. Aqui, a cultura funciona como a moldura que define a realidade (Pournaghash-Tehrani, 2011).

No entanto, há uma lacuna crítica que merece destaque: a distorção da realidade através de mitos. Como aponta Machado (2010), a sociedade cria uma "névoa" de justificações e explicações que camuflam a gravidade da agressão. O perigo reside no fato de que, quando o acordo interno do indivíduo se alinha a essas distorções sociais, a violência é legitimada e, consequentemente, eternizada (Soares & Cláudio, 2010).

5. Enquadramento conceptual

5.1. Distinção dos conceitos de violência e agressão sexual

A compreensão do fenómeno sexual desviante exige uma análise que transcenda a mera descrição legal, focando-se na densidade do trauma e nas dinâmicas de poder que o sustentam. Mais do que um problema de saúde pública ou criminal, a violência sexual configura-se como uma invasão profunda da integridade humana, cujas repercussões ecoam na estrutura familiar e no tecido comunitário (Krug et al., 2002).

Ao cruzar as perspetivas da Vitimologia e da Organização Mundial de Saúde, observa-se um padrão claro: a violência sexual é um conceito ”chapéu”. Ela abrange desde o uso da força física até às formas mais subtis de coerção psicológica e manipulação (Neves & Fávero, 2010; Habigzang, 2006). Por outro lado, a agressão sexual tende a ser operacionalizada como o ato em si, o contacto não consensual que materializa a violação da autonomia do outro.

A literatura converge na ideia de que o cerne desta problemática não é o desejo sexual per se, mas sim o exercício de poder e controlo (Marshall et al., 1990). Aqui reside uma lacuna crítica nas definições tradicionais: muitas vezes foca-se no “ato”, negligenciando o “contexto de dominação” enraizado em construções rígidas de masculinidade, onde o corpo do outro (frequentemente feminino ou infantil) é objetificado como território de conquista.

5.2. A Invisibilidade e o Paradoxo da Reincidência

Um dos padrões mais preocupantes identificados por autores como Pimentel (2022) e Gonçalves (2004) é o fenómeno das “cifras negras”. Existe uma dissonância entre a gravidade do crime e a sua representatividade estatística. Esta lacuna de dados é alimentada por:

Vínculos de proximidade: a ocorrência em contextos endofamiliares silencia a vítima através do medo e do conflito de lealdade.

Vulnerabilidade sistémica: a vitimação secundária, o trauma causado pelo próprio sistema judicial ou social, atua como um desincentivo à denúncia.

Embora a taxa de reincidência seja debatida (com estimativas entre 10% a 15%), o impacto psicológico é invariavelmente devastador. O desafio atual não reside apenas na punição, mas na

desconstrução dos factores sociais e familiares que isolam a vítima e protegem o agressor sob o manto da supremacia e da gratificação narcísica.

5.3. Comportamentos dos agressores sexuais

A agressão sexual não é um fenómeno isolado, mas uma manifestação violenta que atravessa fronteiras culturais e estratos sociais. Mais do que um simples contacto não consensual que abrange desde a intrusão física ao toque indesejado (Neves & Fávero, 2010) , este ato representa uma rutura drástica com os códigos de alteridade e legalidade. No campo da investigação, assistimos a um debate fundamental: devemos focar-nos em quem é o agressor ou no que ele faz?

Embora existam estudos centrados nas características intrínsecas dos ofensores, Thornton (2021) defende que o estudo do comportamento da agressão oferece pistas mais robustas para a compreensão do fenómeno. Esta mudança de paradigma é essencial porque a "heterogeneidade" dos atos sexuais desviantes desafia qualquer tentativa de catalogação rígida. O mapeamento destes comportamentos permite-nos distinguir dois eixos fundamentais:

Agressões sem contacto: Crimes de exibicionismo ou voyeurismo, muitas vezes subestimados, mas que revelam padrões de compulsão.

Agressões de contacto direto: Onde a distinção entre vítimas adultas e menores é crucial para entender a psicopatologia e o modus operandi.

5.4. A violência como instrumento de poder

No caso da violação contra adultos, o sexo deixa de ser uma finalidade para se tornar uma ferramenta de domínio e humilhação. Aqui, convergem variáveis como a raiva e a necessidade de controlo, frequentemente alimentadas por um historial de baixa autoestima, impulsividade e défices de autocontrolo. Estes agressores não operam num vácuo, os seus atos são muitas vezes o culminar de quadros depressivos ou do abuso de substâncias, o que torna a intervenção clínica e judicial um desafio de múltiplas frentes.

5.5. Modelos Teóricos e Fenomenologia da Agressão Sexual

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um fenómeno de elevada complexidade que, conforme sublinham Anciães e Agulhas (2022), não se limita ao ato físico, mas estende-se a uma dimensão traumática que compromete a autoimagem e a confiança ontológica da vítima. A premissa central reside na coisificação da criança, utilizada como objecto de gratificação ou lucro por figuras de poder (adultos ou pares mais velhos).

É crucial, na prática clínica e investigativa, distinguir as manifestações desta violência. Segundo a tipologia de Machado (2003), o abuso divide-se em:

Abuso físico: Subdividido entre o não violento (onde ocorre contacto ou carícias sob um falso "consentimento" manipulado) e o violento (caracterizado pela força física ou violação explícita).

Abuso não físico: Um espectro que inclui o exibicionismo (exposição genital inadequada), o assédio (assente em chantagem ou ameaça), o abuso verbal (erotização do discurso para despertar interesse), o voyeurismo (prazer na observação oculta) e a pornografia infantil (difusão de material obsceno envolvendo menores).

Formas específicas de coerção: Destacam-se o atentado ao pudor (uso de ameaças graves para atos sexuais), a prostituição infantil (exploração económica) e o incesto (violação do tabu e dos laços de parentesco).

5.6. O Modelo das Precondições de Finkelhor: (A Logística do Crime)

Diferente de modelos puramente clínicos, Finkelhor (1984) propõe uma estrutura teórica que explica o "caminho" para a consumação do abuso. Para este autor, a agressão não é um impulso súbito, mas o resultado da satisfação sucessiva de quatro condições críticas:

Motivação: O agressor deve possuir um desejo inicial, seja por gratificação sexual, necessidade de domínio ou impulsos de vingança.

Superação de barreiras internas: O indivíduo precisa de neutralizar as suas inibições morais (culpa/vergonha). Aqui, a psicologia do agressor utiliza distorções cognitivas para desumanizar a criança e justificar o ato.

Superação de Barreiras Externas: Refere-se à capacidade de contornar a vigilância social, familiar e comunitária, escolhendo momentos de impunidade.

Superação da Resistência da Criança: O uso de estratégias que vão desde a manipulação emocional e "grooming" até à coerção física para garantir a submissão.

A Perspectiva de Marshall: O Foco na Etiologia e Défices Individuais.

Enquanto Finkelhor foca na situação, Marshall mergulha na psicopatologia e na história de vida do agressor. A sua tese defende que a delinquência sexual emerge da interseção entre influências biológicas e falhas graves no desenvolvimento psicossocial, onde destaca:

Esquemas Cognitivos e Regulação Funcional: Marshall enfatiza que muitos agressores utilizam o abuso como um mecanismo de alívio emocional para lidar com a solidão, raiva ou tédio. O crime é uma tentativa disfuncional de autorregulação.

Défices de Intimidade: Existe uma incapacidade crónica em estabelecer relações saudáveis com adultos, o que empurra o indivíduo para a busca de gratificação com crianças, onde o desequilíbrio de poder facilita a interação.

Aprendizagem Social e Ciclos de Abuso: O modelo destaca o peso das experiências passadas. Ser vítima ou observador de violência na infância molda scripts comportamentais que são repetidos na idade adulta.

5.7. Perfil criminal dos agressores sexuais

Historicamente, a compreensão do fenómeno da violação transitou de uma visão puramente biológica para uma análise comportamental detalhada, onde o crime é entendido como um sintoma de necessidades psicológicas profundas. Nicholas Groth foi pioneiro ao postular que a violação raramente é um ato de desejo sexual "puro", mas sim um veículo de expressão para impulsos de poder e hostilidade. Nesta perspetiva, o corpo da vítima é utilizado como um cenário onde o agressor encena os seus conflitos internos.

Ao cruzar as tipologias de Groth com as evoluções propostas por Knight e Prentky, bem como as distinções de Barbaree, emergem padrões claros que permitem agrupar estes agressores em três eixos fundamentais:

O Eixo da Impulsividade e Oportunidade: Aqui figuram o "Violador por Poder Assertivo" (Groth) e o "Violador Oportunista" (Knight & Prentky). O padrão comum é a ausência de planeamento e o uso de substâncias desinibidoras. A agressão é situacional, o agressor não procura uma vítima específica, mas aproveita uma vulnerabilidade imediata para validar a sua dominância.

O Eixo da Hostilidade e Vingança: Este grupo engloba a "Violação por Raiva" e a "Raiva Indistinta". Ao contrário do que se possa pensar, a satisfação sexual é mínima ou inexistente. O ato é uma descarga emocional violenta. A lacuna identificada nestes casos é a incapacidade de processar frustrações sociais, resultando num uso de força que ultrapassa em muito o necessário para a submissão física.

O Eixo da Fantasia e Planeamento (Sadismo): No extremo oposto da impulsividade, encontramos os agressores sexuais "Meticulosos" ou "Sádicos". Para estes, a agressão e o prazer estão fundidos. Há uma ritualização do crime (perseguição, troféus). Barbaree destaca que este grupo, embora menos numeroso, apresenta índices elevados de psicopatia, sugerindo que a intervenção clínica nestes casos enfrenta barreiras estruturais de personalidade muito mais rígidas.

Em suma, a literatura revela uma transição de motivações: enquanto alguns agressores utilizam a violação para compensar défices de competência social e sentimentos de inadequação (como o tipo "Compensatório"), outros utilizam-na como uma ferramenta de aniquilação do outro. A grande lacuna nestas tipologias clássicas reside, muitas vezes, na dificuldade de classificar agressores que flutuam entre estas categorias, sugerindo que o perfil criminal é dinâmico e pode escalar em gravidade conforme a progressão das fantasias desviantes do indivíduo.

5.8. Teoria da Cultura do Estupro

Historicamente, o senso comum e a academia inicial (Rost & Vieira, 2015) isolaram a violência sexual no campo da psicopatologia, tratando o agressor como uma "anomalia" marginal. No entanto, a ruptura teórica promovida pelos movimentos feministas na década de 70 (Fernandes, 2015) permitiu-nos compreender que o estupro não é um desvio biológico, mas uma ferramenta

política de dominação. O padrão aqui é a transição do "indivíduo doente" para o "sistema opressor". A violência é o sintoma de um patriarcado que coisifica o corpo feminino para validar a virilidade masculina.

5.9. A Engrenagem da Cultura do Estupro: Crenças e Comportamento Social

A cultura do estupro não se manifesta apenas no ato explícito, mas na atmosfera de medo que disciplina o comportamento das mulheres (Scaparti, 2013). Definida por Payne et al. (1999) como um ecossistema de crenças persistentes, esta cultura cumpre a função social de justificar a agressão através do julgamento moral da vítima. É um fenômeno de condicionamento social precoce, e não um surto isolado de condutas individuais. A aplicabilidade desta teoria em diversos contextos (Bohner et al., 2009) reforça que o fenômeno é transcultural e estrutural.

5.10. A Teoria dos Mitos: O Mecanismo de Defesa Coletivo

A introdução da Teoria de Mitos do Estupro (Burt, 1980) oferece a chave para entender por que a sociedade resiste em punir o agressor. Existe uma simbiose perversa na aceitação destes mitos: nos homens: Servem como mecanismos de desresponsabilização e minimização da culpa. Nas mulheres: Funcionam como um mecanismo de defesa psicológico para negar a própria vulnerabilidade (Scaparti, 2013).

5.11. Teoria das Crenças Societais

A compreensão dos fenômenos sociais, como o machismo e a violência de gênero, exige uma análise que ultrapasse a psique individual e alcance as estruturas de conhecimento partilhadas. A Teoria das Crenças Societais, consolidada por Bar-Tal (2000), oferece esse suporte ao definir tais crenças como disposições cognitivas duradouras, compartilhadas pelos membros de uma sociedade, que conferem sentido à realidade colectiva. Ao contrário de opiniões efêmeras, essas crenças são percebidas como características identitárias do próprio grupo.

5.12. A Natureza e a Resistência das Crenças

A estabilidade é a marca fundamental desse sistema. Conforme a perspectiva de Rokeach (1981), as crenças operam sob uma lógica de resistência à mudança. Elementos como a provisoriedade são estranhos à natureza das crenças societais, elas tendem a persistir por décadas ou séculos, institucionalizando-se em canais de comunicação oficiais e informais.

Stearns (2012) exemplifica essa perenidade ao analisar o machismo na formação do Estado brasileiro. O autor argumenta que esse fenômeno é uma construção histórica que naturaliza a assimetria de poder entre gêneros. Sob a ótica de Bar-Tal, o machismo não é apenas um comportamento, mas uma crença societal que sobrevive a revoluções sociais devido à sua "ancoragem" no sistema de valores. Rokeach (1981) reforça essa ideia ao introduzir a dimensionalidade das crenças: quanto mais central uma crença se posiciona no sistema cognitivo, maior será sua capacidade de gerar repercussões em todo o conjunto de saberes do indivíduo e maior sua imunidade a transformações.

5.13. Tipologias e o Repertório Cognitivo

Bar-Tal (2000) categoriza o conceito de crença sob três prismas complementares:

Proposições de pensamento: Unidades de alcance limitado que manifestam o pensamento individual;

Unidades categoriais de conhecimento: Onde se inserem as ideologias, normas, dogmas e valores;

Produtos culturais: A exteriorização do armazenamento mental por meio da escrita, arte, cinema e música.

Salientando que, é na distinção entre o individual e o grupal que reside o cerne desta análise. Enquanto as crenças individuais compõem um repertório privado, as crenças grupais fundamentam-se no compartilhamento. Rokeach (1981) observa que o compartilhamento não é apenas uma característica estatística, mas funcional, ele altera a forma como o sistema de crenças opera. Mesmo o que parece privado possui uma gênese social, pois a comunicação interpessoal é o veículo que transforma percepções isoladas em realidades colectivas.

5.14. A Perspectiva Micro e Macro: Do Intraindividual ao Societal

A análise das crenças pode ser segmentada em dois níveis:

Perspectiva Micro: Focada nos processos cognitivos de formação e transformação mental (Jones, 1985; Taylor, 1998). É o nível intraindividual onde se estuda a estrutura do fenômeno.

Perspectiva Macro: Aborda a unidade social (nações, grupos). Aqui, as crenças são os pré-requisitos para o sistema social e cultural (Manhein, 1952).

Essa dualidade explica por que a mudança social é tão complexa. Como afirmam Krauss e Fussel (1991), o compartilhamento de crenças atende à necessidade de um ambiente comunicativo compreensivo. Sem crenças comuns, a comunicação e a coordenação social tornam-se impossíveis, o que explica por que os grupos protegem seus consensos com tanto rigor.

5.15. Validação e Similaridade

O modelo de Bar-Tal propõe que o ato de compartilhar gera reações imediatas que funcionam como variáveis mediadoras: a Confiança e o Senso de Similaridade.

Validação Consensual: Baseando-se em Festinger (1950, 1954), o autor explica que a percepção de que a maioria concorda com uma ideia confere a ela o status de "verdade absoluta". Isso gera uma rigidez cognitiva, se a crença é validada pelo grupo, a mudança é vista como um erro ou uma traição.

Identidade e Autoestima: A nível individual, saber que suas crenças são compartilhadas gera satisfação e pertencimento. A nível grupal, isso aumenta a coesão, a simpatia intragrupal e a pressão sobre os "desviantes" para que retornem ao consenso.

5.16. O Sistema de Rokeach e as Crenças Primitivas

Para entender a profundidade do machismo ou de outras crenças enraizadas, é vital recorrer às categorias de Rokeach (1981):

Crenças Tipo A (Primitivas com alto consenso): São verdades inquestionáveis aprendidas na infância (ex: papéis de gênero tradicionais). Elas envolvem a "constância do objecto" e são raramente desafiadas.

Crenças Tipo B (Primitivas com baixo consenso): Resistentes, mas de natureza pessoal (fobias ou ilusões).
Crenças Tipo C (Autoridade): Referem-se a quem o indivíduo confia para obter informações.
Crenças Tipo D (Derivadas): Ideologias adotadas por identificação com instituições.

Crenças Tipo E (Inconsequentes): Gostos pessoais sem necessidade de validação grupal.

Assi, a manutenção das crenças societais ocorre por meio da Conservação (mídia e líderes), Socialização (família e escola) e Aculturação (assimilação de novos membros). A mudança, portanto, só ocorre quando a função epistêmica ou de identidade da crença deixa de ser cumprida. Aqui, o processo de negociação é a chave, ele envolve a reinterpretação dos conteúdos de acordo com novas necessidades sociais. Contudo, como Bar-Tal (2000) adverte, essa desconstrução é lenta porque exige uma alteração nas condições políticas, econômicas e culturais que deram origem à representação original.

5.17. Correntes teóricas de Violência de gênero: Dominação Masculina e Dominação Patriarcal

A compreensão da violência de gênero exige um olhar transdisciplinar. Se por um lado a sociologia de Marilena Chauí (1985) e Heleieth Saffioti (1994) nos fornece o mapa das estruturas de poder, a psicologia cognitiva de Aaron Beck e seus sucessores nos revela a engrenagem interna que sustenta esse domínio.

5.18. Cumplicidade vs. Coerção

Chauí (1985) postula que a violência transfigura a diferença em desigualdade, reduzindo a mulher a um "objecto" sem autonomia. O ponto mais instigante e polêmico de sua tese é a "cumplicidade" feminina: a ideia de que a mulher, ao ter sua subjectividade moldada por discursos masculinos sobre maternidade e reprodução, pode reproduzir a violência contra outras mulheres. No entanto, Chauí ressalta que essa não é uma escolha livre, mas uma consequência da destituição de sua capacidade de autodeterminação.

Em contraste, Saffioti (1994) oferece uma leitura mais política e menos psicológica da submissão. Para ela, a mulher não é cúmplice, mas uma vítima que "cede" por falta de poder real dentro de um sistema onde o patriarcado se funde ao capitalismo e ao racismo. Enquanto Azevedo (1985)

tentou conciliar essas visões ao identificar "factores condicionantes" (socioeconômicos) e "factores precipitantes" (como o uso de substâncias), a literatura da década de 90, representada por Gregori (1993), introduziu uma perspectiva relacional que devolve à mulher certa autonomia, embora corra o risco de diluir a assimetria de poder inerente ao gênero.

5.19. Esquemas e Crenças no Agressor

É na análise do funcionamento mental que a teoria de Beck (2013) se torna essencial para explicar por que essas estruturas sociais persistem no nível individual. A violência não é apenas um ato, mas o reflexo de esquemas mentais, redes estruturadas de crenças que filtram a realidade de forma tendenciosa. Como apontam Pires, Pereira, Paiva & Silva (2017), essas crenças não surgem no vazio, elas são latentes e construídas na infância através de interações com figuras significativas. Uma situação de estresse funciona apenas como o "gatilho" que ativa esses esquemas preexistentes, moldando uma resposta emocional e comportamental violenta.

A interpretação desajustada da realidade é o que transforma o pensamento em agressão. Conforme analisa Couto (2013), as distorções cognitivas funcionam como um factor de risco determinante: se o indivíduo interpreta a autonomia da parceira como uma ameaça ou uma ofensa pessoal, a perpetração de comportamentos antisociais torna-se uma "consequência lógica" dentro de seu sistema mental deturpado.

5.20. A Justificativa da Violência e a Manutenção do Ciclo

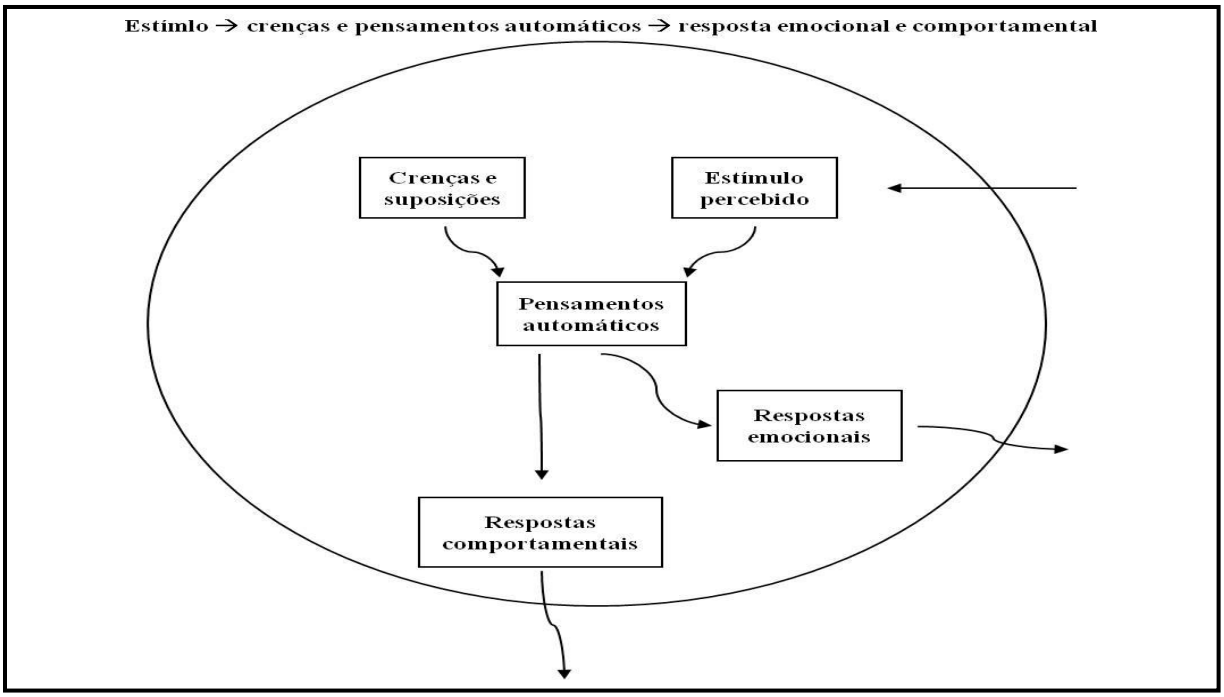
A internalização do machismo descrita pela sociologia encontra eco nas crenças de minimização identificadas pela psicologia aplicada. Paim (2006) observa um padrão alarmante em agressores: a tendência à banalização da violência e à transferência de culpa para a vítima, estratégia que visa preservar a autoimagem do agressor.

Essa percepção é reforçada pelos achados de Machado, Matos e Moreira (2003), que demonstram como agressores do sexo masculino utilizam crenças de "aceitabilidade". Para esses indivíduos, a violência é justificável se servir para manter o controle ou a "privacidade familiar". Eles frequentemente atribuem seus atos a causas externas e incontroláveis, eximindo-se da responsabilidade ética.

5.21. Modelo do Processamento da Informação

No cerne do Modelo do Processamento da Informação reside a premissa de que a fenomenologia do indivíduo, a forma como ele interpreta o mundo, é o verdadeiro motor da experiência emocional, sobrepondo-se à realidade objectiva. Segundo a perspetiva de Pretzer e Beck (2005), a cognição atua como uma lente mediadora. Este sistema opera numa hierarquia complexa: desde o estímulo (que pode ser uma sensação interna ou um evento externo) até às crenças nucleares mais profundas. Estas últimas, conforme discutido por Beck e Knaap (2009), são as raízes da autoimagem, muitas vezes disfuncionais, que exigem a criação de crenças intermediárias , regras de conduta que servem como mecanismos de defesa para mitigar o sofrimento. O resultado visível deste processamento são os pensamentos automáticos, fluxos rápidos de consciência que ditam a resposta final, seja ela um comportamento ou uma reação fisiológica. Assim, o comportamento não é uma reação ao mundo, mas uma reação à leitura que fazemos dele.

Figure 1: *Modelo do processamento de informação esquemático ou modelo linear. (J.L.Pretzer e A.T. Bech, 2005)*



5.22. O Fluxo da Cognição Humana

A estrutura do processamento de informações não é uma sequência linear isolada, mas um ecossistema dinâmico. Ao analisarmos as etapas propostas, percebemos que o Estímulo (Etapa 1) atua como o gatilho biológico e ambiental, mas é o "filtro" interno que determina o destino da experiência. Há uma interdependência crucial entre a Segunda e a Terceira Etapa. Enquanto Beck e Knapp (2009) focam na profundidade das Crenças Nucleares como a raiz da identidade, as Crenças Intermediárias (Rangé et al., 2011) funcionam como uma camada de proteção.

Existe um mecanismo de autoproteção. O indivíduo cria "regras de sobrevivência" para não encarar a dor das crenças nucleares (como o desamor ou a desvalia).

Pensamentos Automáticos: A Ponta do Iceberg

Os Pensamentos Automáticos (Etapa 3), conforme Knaap (2004), são a manifestação imediata e consciente de todo o sistema subterrâneo de crenças. Eles são o ponto de entrada da terapia porque são mais acessíveis, mas a síntese crítica nos mostra que alterar apenas o pensamento automático sem tocar na crença intermediária é como tratar o sintoma e ignorar a causa.

5.23. A Resposta como Reflexo da Percepção

A Quarta Etapa fecha o ciclo reforçando o subjetivismo. Como bem nota Silva (2011), o sofrimento não reside no evento, mas na tradução que a mente faz dele. Aqui, o comportamento e a emoção não são "fins", mas mensageiros da qualidade do processamento cognitivo anterior.

6. Objectivos do estudo

6.1. Geral:

Avaliar as crenças sobre a violência sexual em reclusos condenados por crime de abuso sexual no estabelecimento penitenciário da Província de Maputo.

6.2. Específicos:

1. Descrever o perfil sócio demográfico dos condenados por abuso sexual;
2. Comparar o perfil sócio demográfico e sua relação com as crenças sobre a violência sexual;
3. Identificar os tipos de crenças sobre violência sexual nos condenados por abuso sexual;
4. Identificar o nível de compulsão sexual em reclusos condenados por abuso sexual.
5. Descrever a forma como a sexualidade é percebida pelos reclusos vitimários da violência sexual;

7. Metodologia

7.1. Desenho de estudo

Este estudo adotou uma abordagem metodológica mista (quali-quantitativa) para investigar as crenças que legitimam a violência sexual. A vertente qualitativa incorporou o método etnográfico (observação participante), onde o pesquisador entra no campo, observa, convive e entrevista, para permitir entedender profundamente comportamentos, crenças, práticas, significados e relações sociais das histórias de vida dos reclusos, enquanto a vertente quantitativa possibilitou avaliar os dados colectados.

Em relação aos objectivos, o estudo buscou colectar informações sobre factores de risco, padrões de comportamento e motivações subjacentes por meio de entrevistas em profundidade, observações e análise qualitativa. E espera-se que os resultados do estudo contribuam para o desenvolvimento de políticas mais eficazes de prevenção, intervenção e reabilitação.

7.2. Procedimentos de recolha de dados

A coleta de dados envolveu a realização de entrevistas em profundidade e entrevistas semiestruturadas, complementadas pela administração de um instrumento de avaliação das crenças sobre violência sexual, onde foram feitas as seguintes questões: muitas vezes, as mulheres dizem "não" quando, na verdade querem dizer "sim"? ; Forçar o ato sexual não é crime se as pessoas já tiveram relações antes?; Se uma mulher vai a um local perigoso sozinha à noite, ela está procurando problemas?; As mulheres muitas vezes provocam os homens e depois se fazem de vítimas?; Se a pessoa não resistiu fisicamente com todas as forças, então não foi realmente um crime?; estas questões foram feitas no sentido identificar as distorções cognitivas. Porém, acredita-se que esses pensamentos funcionam como "neutralizadores" da culpa, permitindo que o agressor cometa o ato sem se sentir uma "pessoa má", assim como, ajudam a entender se o comportamento do indivíduo é movido por uma compulsão interna ou por um sistema de crenças que valida a violência.

7.3. Local de estudo

O estudo foi realizado no Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo (EPPM), anteriormente denominado Cadeia Central de Maputo. O EPPM está localizado a sudoeste da Província de Maputo, entre o Hospital Geral da Machava e o Instituto Superior de Estudos de Defesa Tenente-General Armando Emílio Guebuza, especificamente na Avenida Acordos de Lusaka-A, bairro da Machava, município da Cidade da Matola.

7.3.1. Breve Historial do Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo

O Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo (anteriormente Cadeia Central de Maputo) foi construído pela administração colonial portuguesa em 1950. Durante a guerra de independência, iniciada pela Frelimo em 1964, a PIDE, polícia política do regime ditatorial português, estabeleceu uma secção especial no complexo, destinada a opositores políticos e prisioneiros de guerra. Essa secção era conhecida como o campo prisional da Machava ou campo de recuperação da Machava para os detidos políticos.

Após a independência de Moçambique em 1975, o novo governo liderado pela Frelimo continuou a utilizar essa secção do complexo penitenciário para presos políticos. Apesar da rápida deterioração das infraestruturas de apoio, como enfermaria, biblioteca, cinema ao ar livre, salas de aula e capela, a prisão política da Machava manteve sua função de reprimir a oposição ao governo. Contudo, os detidos já não eram nacionalistas, mas sim indivíduos classificados pela Frelimo como "reacionários". O sistema de partido único instituído após a luta de libertação nacional não tolerava manifestações de insatisfação popular.

O Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), a polícia política do novo governo moçambicano, empregava a tortura e outras formas de tratamento degradante como punição e para obter confissões. A secção política da prisão da Machava também servia como ponto de trânsito para os presos políticos enviados aos “campos de reeducação”, localizados em áreas remotas do centro e norte de Moçambique, onde muitos faleciam devido a doenças e falta de abrigo.

A Lei 3/2013, de 16 de Janeiro, que criou o Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP), introduziu uma nova abordagem ao sistema penitenciário. A lei enfatiza a articulação entre a privação de liberdade, a reabilitação e a reinserção social dos cidadãos, incluindo o acompanhamento de menores infratores e condenados em liberdade condicional.

7.3.2. O processo de reforma dos serviços prisionais compreendeu as seguintes fases:

- Avaliação geral da situação do Sistema Prisional e definição da Política Prisional e estratégia de sua implementação, aprovada pela Resolução n.º 65/2003, de 27 de Agosto, do Conselho de Ministros.
- Criação da Unidade Técnica de Unificação do Sistema Prisional (UTUSP) para apoiar os Ministros da Justiça e do Interior no processo de unificação do Sistema Prisional, no âmbito da implementação da Política Prisional e respectiva estratégia. A UTUSP era composta por profissionais de reconhecido mérito, indicados pelos setores envolvidos no Sistema Prisional e nomeados por despacho conjunto dos Ministros da Justiça e do Interior.
- Unificação legal do Sistema Prisional, através do Decreto n.º 7/2006, de 17 de Maio, e a criação do Serviço Nacional das Prisões (SNAPRI) e institucionalização da respectiva direção, o que levou à extinção da UTUSP. O SNAPRI foi estabelecido como um órgão auxiliar da administração da justiça, integrado no Ministério da Justiça, com a responsabilidade de orientar os serviços de detenção e execução de penas e medidas de segurança, supervisionar sua organização e funcionamento, e realizar estudos e investigações sobre o tratamento de delinquentes. Essa reestruturação institucional estabeleceu as bases para a formulação de um novo marco legal para o sistema penitenciário, que culminou na aprovação da Lei 3/2013, de 16 de Janeiro, criando o Serviço Nacional Penitenciário (SERNAP).

O SERNAP é uma força de segurança interna com natureza de serviço público, responsável por garantir a execução de decisões judiciais relacionadas à privação de liberdade e penas alternativas, e por assegurar as condições para a reabilitação e reinserção social dos condenados, com autonomia administrativa e sob a tutela do Ministro responsável pela área penitenciária.

A implementação da nova lei resultou na alteração da designação de todas as cadeias a nível nacional para Estabelecimentos Penitenciários, com a Cadeia Central de Maputo passando a ser denominada Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo (EPPM).

7.3.3. Divisão Administrativa do Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo

O EPPM possui a seguinte estrutura administrativa, composta por 13 Departamentos:

Gabinete do Diretor do Estabelecimento; departamento de inspeção; assistência Jurídica; reabilitação e reinserção social; departamento da UGEA (Departamento autônomo); departamento das Penas Alternativas às Penas de Prisão; departamento de Sistema de Gestão e informação Penitenciária (Departamento autônomo); Secretaria do Estabelecimento;d epartamento de Administração e Finanças; departamento de Planificação; departamento das Atividades Econômicas (Departamento autônomo); departamento das Operações Penitenciárias e departamento dos Cuidados Sanitários

O EPPM também é organizado em diversas Repartições, subordinadas aos Departamentos:

Repartição dos Recursos Humanos e Formação; repartição de Inteligência Penitenciária; repartição de Operações Penitenciárias; repartição de Controlo Penal; repartição de Regime Comum; repartição de Regime de Jovens; repartição de Telecomunicações e Informática; repartição dos Cuidados Sanitários; repartição de Prevenção e Combate a Incêndios; repartição de Equestre e Cinotécnica; repartição de Reação Rápida; repartição de Plano, Monitoria e Avaliação; repartição de Execução de Penas Alternativas a Penas de Prisão; repartição de Gestão de Sistema Penitenciária; repartição de Saúde e Ambiente; repartição de Reabilitação e Reinserção Social; repartição de Assistência Social; repartição de Apoio e Controlo; repartição de Auditoria Interna; repartição da Logística; repartição de Finanças; repartição Jurídica e epartição da Ética e Disciplina.

7.3.4. Distribuição por Pavilhão

O EPPM possui dez (10) pavilhões para acomodação dos reclusos, numerados de 1 a 5 e de "A" a "E".

O Pavilhão 3 possui um compartimento denominado ADM, destinado à recepção de novos reclusos. Nesse espaço, os reclusos recebem informações sobre seus direitos e deveres. A estrutura do EPPM não prevê a divisão dos reclusos por tipo de crime. A distribuição é realizada com base em critérios como idade, duração da pena, estado de saúde e comportamento:

- O Pavilhão 5 abriga menores de idade.
- O Pavilhão 4 abriga idosos e reclusos com deficiência.
- O Pavilhão 2 abriga reclusos com diversas patologias sanitárias.
- O Pavilhão E abriga reclusos condenados a penas de 10 a 30 anos de prisão maior.
- O Pavilhão D abriga reclusos com comportamento considerado inadequado em relação ao regulamento penitenciário. Em casos de infrações mais graves, os reclusos são encaminhados à cela disciplinar.

7.4. Período de estudo

O presente estudo foi realizado no período correspondente entre Setembro à Novembro de 2024, de forma opcional.

7.5. População de Estudo, Amostra e Modo de Seleção dos Participantes

7.5.1. População do Estudo

A população do estudo foi constituída por 56 reclusos condenados por crime de violação sexual, encarcerados no Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo. O EPPM possui capacidade para 800 internos, mas actualmente alberga 3209 detentos.

7.5.2. Participantes

Para o estudo qualitativo, foi utilizada uma amostra de conveniência, composta por 15 reclusos condenados por crime de abuso sexual, e 41 reclusos para o estudo quantitativo.

7.5.3. Amostra

O cálculo da amostra foi realizado com base em uma margem de erro máxima admitida de 0,05 e um nível de significância de 5,0 %. Devido à ausência de dados sobre o número total de reclusos condenados por esse crime, não foi possível calcular o tamanho da população.

7.5.4. Formula para cálculo da amostra

$$\frac{\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2}}{1+\left(\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2 N}\right)}$$

Onde:

N= População (3209)

n = tamanho de amostra

z = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado (IC de 95% =1.96)

p = desvio padrão (0.5)

e = Margem de erro, ou erro máximo admitido (5%=0,05)

Demonstração

$$n = 1.96^2 x 0.5(1-0.5)/0.05^2/1+(\frac{1.96^2 x 0.5(1-0.5)}{0.05^2 x 3209})$$

n = 30.

Nota: Com este resultado esperava-se uma amostra de 30 reclusos, durante a recolha de dados, foi possível ter uma amostra de 41 reclusos, excedendo o número de amostras previamente estabelecida para o estudo quantitativo.

7.6. Modo de selecção dos participantes e amostra

A selecção dos participantes, foi feito com base a uma amostragem não probabilística intencional, respeitando a disponibilidade dos mesmos em participar na pesquisa. A escolha da amostragem não probabilística intencional deve-se pela representatividade da população, onde foi feito uma escolha deliberada dos elementos da amostra.

7.6.1. Critérios de inclusão

- Recluso condenado por crime de abuso sexual e detido no estabelecimento penitenciário provincial;
- Consentimento informado por escrito do recluso;
- Autorização institucional e disponibilidade para participar ;
- Ser capaz de ler e responder aos instrumentos do estudo.

7.6.2. Critério de exclusão

- Recluso com processos judiciais pendentes sensiveis que impeçama participação ;
- Recluso em isolamento, em regime disciplinar que impeça contacto com pesquisadores;
- Recluso com transtorno mental grave não estabilizado;
- Reclusos que recusem participação.

7.7. Procedimentos de recolha de dados

Considerando a natureza mista da investigação (quantitativa e qualitativa), os procedimentos e técnicas de recolha de dados foram estruturados de acordo com uma abordagem teórico-metodológica previamente estabelecida. O processo iniciou-se com a formalização de um pedido de recolha de dados ao estabelecimento penitenciário, visando obter acesso aos reclusos.

Após a aprovação institucional, procedeu-se ao levantamento total da amostra, identificando todos os reclusos condenados por crime de abuso sexual através da base de dados do centro penitenciário. Em seguida, iniciou-se o recrutamento dos participantes, o qual foi condicionado à assinatura formal do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, monitorado pelo investigador. Durante este processo, certificou-se de antemão que os entrevistados estavam plenamente seguros quanto à confidencialidade e ao uso restrito das informações prestadas, verificando também a sua concordância expressa sobre a forma de registo do conteúdo da entrevista.

Finalmente, os participantes eram convidados a dirigir-se a uma sala pré-estabelecida, com acesso restrito a outros detentos e funcionários, para a aplicação dos questionários. Este ambiente foi selecionado para optimizar a interação e o preenchimento dos instrumentos, cujo tempo médio despendido era de 30 a 45 minutos por cada participante.

7.7.1. Procedimentos e técnicas para a fase qualitativa

Este estudo permitiu conhecer e avaliar os aspectos culturais, sociais e das crenças sobre violência sexual em reclusos, bem como para descobrir possíveis variáveis que interferem em alguns contextos e não em outros. Para tal, recorreu-se aos instrumentos e técnicas de recolha de dados que foi por meio de observação etnográfica e entrevistas em profundidade, a e revisão bibliográfica, que permitiu desta forma o fornecimento de dados básicos para uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação ao abuso sexual, alcançando deste modo os objectivos pretendidos e responder as perguntas de partida levantadas para a investigação.

A observação etnografica foi aplicada de duas formas. Primeiramente, através da observação etnográfica directa, que envolveu o trabalho de campo para a compreensão dos aspectos sociais e culturais do ambiente prisional. Em segundo lugar, através das observações comportamentais registadas durante as entrevistas. O registo das reacções aos estímulos, da expressão de emoções (ou da ausência delas) e do nível de autoconsciência dos reclusos (detalhando elementos como irritabilidade, evasão do contacto visual ou egocentrismo no remorso) enriqueceu o material discursivo. Esta aplicação permitiu ao investigador identificar padrões de negação, minimização e justificação que se manifestam não só no discurso, mas também na conduta não-verbal dos participantes.

As entrevistas em profundidade foram conduzidas mediante a aplicação de um guião de entrevista semiestruturado, composto por perguntas abertas que visavam explorar a subjetividade e os sistemas de crenças dos participantes. O instrumento focalizou dimensões críticas, tais como: a conceptualização individual de violência sexual; a atribuição de causalidade e motivação do ato; a influência dos processos de socialização de género e modelos de masculinidade; a percepção do dano causado à vítima; e a possível interferência de substâncias psicoativas no comportamento infracional. Com o consentimento informado dos participantes, as entrevistas foram gravadas em áudio com recurso a um agravador para garantir a fidedignidade dos relatos. Posteriormente, as

gravações foram submetidas a um processo de transcrição integral e rigorosa, sendo os dados organizados e armazenados em base de dados segura, respeitando os protocolos de confidencialidade e anonimato inerentes a esta investigação.

7.7.2. Instrumentos de recolha de dados da fase qualitativa

Para a fase qualitativa, o estudo contou com os seguintes instrumentos: entrevistas com perguntas abertas de natureza exploratória, que permitiu o respondente dar sua opinião sem ser induzido com opções pré-estabelecidas, onde o recluso tinha a possibilidade de responder sobre o tema proposto, e eram colocadas perguntas que exploravam: o perfil sócio demográfico, antecedentes criminais, nível de crenças e compulsão sexual.

7.7.3. Plano de gestão e análise de dados qualitativos

O plano de gestão e análise dos dados qualitativos foi executado de forma sistemática para assegurar o rigor e a validade dos resultados. Posteriormente à recolha, iniciou-se a fase de gestão e processamento do material. Os áudios gravados foram introduzidos num formato informático, utilizando a funcionalidade de transcrição do Microsoft Office 365 para obter a transcrição integral de todos os depoimentos. Este procedimento foi crucial para garantir a fidelidade textual da informação, sendo complementado por uma verificação manual rigorosa. O material transcrito foi, em seguida, organizado e sistematizado numa folha de cálculo (Excel), onde foi reunido inicialmente todo o conteúdo sobre as crenças da violência sexual para uma avaliação preliminar.

A Gestão de dados continuou com a organização da informação por categoria e a criação de uma base de dados. As transcrições, juntamente com os áudios originais, foram guardadas numa base de dados na cloud com acesso restrito, em conformidade com os protocolos éticos para garantir a confidencialidade dos participantes. Esta informação permanecerá armazenada e segura até à publicação dos resultados do estudo.

Por fim, foi implementada análise de conteúdo, onde o processo começou com uma leitura detalhada e cuidadosa de todo o material textual (leitura flutuante), permitindo ao autor uma imersão completa nos dados da pesquisa. O foco desta leitura foi destacar os conteúdos (unidades de registo) que respondiam de forma mais directa e significativa às perguntas iniciais do estudo. Após esta fase de codificação aberta, procedeu-se à análise categorial, que consistiu em agrupar as unidades de significado destacadas para dividir a informação em categorias e temas emergentes.

Esta divisão permitiu uma interpretação organizada e sistemática dos dados, ligando os significados evocados pelos reclusos aos objectivos da pesquisa.

7.8. Procedimentos e técnicas para a fase quantitativa

Na fase quantitativa, o estudo objectivou mensurar as associações entre diferentes variáveis e a magnitude de seus efeitos. Para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos: a Escala de Compulsividade Sexual (ECS) e a Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS), que avaliaram a presença de compulsividade sexual e crenças sobre violência sexual na população em estudo. Os dados colectados foram inseridos em ferramentas informáticas para gestão e análise (SPSS-27) e organização (MS-Excel).

7.8.1 Instrumentos de recolha de dados da fase quantitativa

Os instrumentos de recolha para esta fase permitiu a valiação em relação a sexualidade, onde recorreu-se a escala de compulsividade sexual (SCS) e (ECVS) que é uma escala de avaliação das crenças nos reclusos.

7.8.2. The Sexual Compulsivity Scale (SCS) -Escala de Compulsividade Sexual (ECS)

A Escala de Compulsividade Sexual (ECS), desenvolvida por Kalichman et al., 1994, é um questionário de auto-resposta, constituído por 10 itens, que avalia o impacto de pensamentos sexuais no funcionamento diário e a incapacidade de controlar esses pensamentos e comportamentos em uma escala de likert, o participante é pedido que indique até que ponto concorda com uma série de afirmações relacionadas com o comportamento sexual compulsivo, preocupações sexuais e pensamentos sexuais), com uma variação de 1- não se aplica de modo algum a mim a 4- se aplica muito a mim. É uma variável contínua, apresentando um total de 10 a 40 pontos, sendo que valores mais altos indicam maior possibilidade de compulsão sexual, e o ponto de corte estabelecido para a compulsão sexual é ≥ 24. (Grov, Parsons & Bimbi, 2010).

7.8.3. Escala de Crenças Sobre Violência Sexual (ECVS)

Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) adaptada para a população portuguesa por Martins, Machado, Abrunhosa e Manita (2012). A ECVS é um instrumento de auto-relato que mede o grau de tolerância/aceitação dos participantes quanto ao uso de Violência Sexual (VS). Este instrumento foi construído a partir da Escala de Crenças sobre a Violação (ECV) desenvolvida por Matos e colaboradores (2000) a partir da observação clínica de vítimas de violação, bem como

dos violadores e ainda atendendo à revisão da literatura sobre mitos, crenças culturais e estratégias cognitivas de legitimação da VS. A ECVS é composta por 30 itens face aos quais os sujeitos se devem posicionar em termos de grau de concordância/discordância mediante uma escala de Likert com cinco opções de resposta, que variam desde 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente). A ECVS apresenta cinco factores. O factor 1 ("representação estereotipada da violação") reflecte o conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a VS mediante a existência de um passado sexual comum entre a vítima e o agressor, bem como pela ausência de violência física durante a prática do ato sexual. O factor 2 ("provocação da vítima") mede a noção de que a VS poderá ser justificada mediante certas condutas da vítima, pela presença de um comportamento prévio sexualmente provocatório ou mesmo de um passado promíscuo. O factor 3 ("consentimento da vítima") integra um conjunto de crenças que legitimam a VS considerando que a vítima consente ou induz a própria relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma. O factor 4 ("falsa noção de invulnerabilidade pessoal") mede o conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a VS mediante a ideia de que os agressores e as vítimas possuem características que os tornam diferentes do resto da população. O factor 5 ("falsas alegações") refere-se à crença de que a violência pode ser minimizada ou desvalorizada mediante a negação da ocorrência da VS e/ou de interpretações de que as queixas constituem sinais de arrependimento pós-facto ou ato de vingança.

7.8.4. Dimensões da Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) e respectivos factores.

A pontuação total é obtida mediante o somatório directo das respostas dos 30 itens. É ainda possível o cálculo da pontuação dos cinco factores que compõem a escala, mediante a soma dos itens que o integram. De salientar ainda que uma maior pontuação total na ECVS indica um maior grau de tolerância/ aceitação do sujeito quanto ao recurso à VS.

Tabela 3:Dimensões da Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) e respectivos factores.

Dimensões	Itens
Factor 1 - Representação estereotipada da violação	2, 6, 9, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29
Factor 2 - Provocação da vítima	8, 11, 13, 26, 27
Factor 3 - Consentimento da vítima	10, 17, 18, 19
Factor 4 - Falsa noção de invulnerabilidade pessoal	1, 3, 4, 7, 30
Factor 5 - Falsas alegações	5, 12, 14, 20

7.9. Plano de gestão e análise de dados quantitativos

Na etapa de colecta de dados quantitativos, o processo iniciou-se com a identificação dos reclusos participantes, em conformidade com os critérios de inclusão previamente estabelecidos. A colecta de dados propriamente dita envolveu a aplicação dos instrumentos de pesquisa, com o objectivo de obter informações sobre a sexualidade em reclusos condenados por crime de abuso sexual. Os dados colectados foram armazenados em uma base de dados na nuvem, com acesso restrito, garantindo sua segurança até a publicação dos resultados.

Posteriormente, os dados de caracterização sociodemográfica dos participantes (idade, sexo, estado civil, residência, nacionalidade, naturalidade, grupo étnico, nível acadêmico e profissão) foram categorizados e analisados descritivamente. Esses dados foram exportados de forma padronizada para planilhas do Microsoft Excel, gerando as variáveis necessárias para a análise e interpretação. As análises estatísticas foram realizadas no software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS-27), com o intuito de processar as informações obtidas por meio dos instrumentos de pesquisa.

A utilização de pacotes estatísticos exigiu a observância de padrões rigorosos na construção da base de dados. O processamento e a análise de cada variável tornaram-se dependentes dessa padronização. Assim, os dados foram tabulados, codificados e mantidos sob acesso restrito, e a análise das categorias foi conduzida pelo pesquisador durante a apresentação dos resultados descritivos.

7.9.1. Analise estatística

A análise quantitativa dos dados foi realizada com o recurso ao software IBM SPSS Statistics (versão 27), abrangendo procedimentos de estatística descritiva e inferencial. Inicialmente, para caracterizar a amostra e descrever a distribuição das respostas na Sexual Compulsion Scale (SCS) e na Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS), calcularam-se frequências absolutas (n) e relativas (%). No que concerne à estatística inferencial, utilizou-se o teste do Qui-quadrado de Pearson (χ^2) para examinar a associação entre a presença de compulsão sexual (SCS), a adesão a crenças sobre violência sexual (ECVS) e as diversas variáveis sociodemográficas e de comportamento criminal. O nível de significância estatística foi fixado em $p<0,05$.

A apresentação dos resultados segue uma estrutura lógica: inicia-se pela caracterização sociodemográfica e criminal da amostra, prossegue para a estatística descritiva das variáveis específicas do crime e por fim, detalha as análises de associação bivariada. Embora o estudo tenha procurado identificar padrões de dependência entre os construtos centrais e os factores de risco observados, de uma forma geral, a investigação não revelou associações estatisticamente significativas para a maioria das variáveis analisadas.

8. Variáveis

As variáveis deste estudo foram definidas com base nos instrumentos de colecta de dados e nos dados sociodemográficos, os quais permitiram caracterizar a amostra. A seguir, são apresentadas as fontes de informação e os tipos de análise empregados para cada objectivo específico.

Objectivo Específico 1: As fontes de informação para este objectivo foram os registros e dados sociodemográficos fornecidos pelo serviço penitenciário, complementados pelas informações de perfil obtidas dos participantes por meio do roteiro de entrevista .A análise dos dados foi realizada por meio de estatística descritiva, visando apresentar as informações sociodemográficas.

Objectivo Específico 2: As fontes de informação incluíram entrevistas estruturadas e registros dos processos criminais fornecidos pelo estabelecimento penitenciário, que possibilitaram a colecta de dados sociodemográficos dos reclusos. A análise foi conduzida por meio de estatística de associação e frequência, com o intuito de comparar os dados sociodemográficos dos participantes.

Objetivo Específico 3: As fontes de informação para este objectivo foram entrevistas individuais e análise de conteúdo de documentos escritos. A análise dos dados foi realizada por meio de análise qualitativa comparativa e análise de conteúdo.

Objetivo Específico 4: as fontes desta informação foram a Escala de Compulsividade Sexual (ECS/SCS)**,** as entrevistas e observações serviram de fontes adicionais que enriqueceram a compreensão da compulsão sexual nos reclusos.

Objetivo Específico 5: As fontes de informação para este objectivo foram entrevistas e observações dos participantes. A análise foi realizada por meio de análise do discurso fenomenológica, buscando compreender as vivências e percepções dos reclusos condenados por violência sexual em relação à sua própria sexualidade e à de outros.

Tabela 4:*Matriz das variáveis por objectivos específicos*

	Variáveis	Objectivos específicos
Dependentes	Ser condenado por abuso sexual	Objectivo - 1
	Crença em relação a violência sexual	Objectivo - 2
	Percepção da sexualidade pelos vitimários	Objectivo - 5
Independentes	Dados sócio demográfico dos reclusos	Objectivo -1
	Tipos de crenças sobre violência sexual	Objectivo - 3
	Nível de compulsão sexual	Objectivo - 4

9. Considerações éticas

9.1. Normas éticas seguidas para aprovação do estudo

Para a realização deste estudo, o protocolo foi submetida ao Comité Institucional de Bioética para Saúde da Faculdade de Medicina e Hospital Central de Maputo e aprovado pelo Comité Nacional de Bioética. Onde teve devida aprovação e a posterior fez-se a solicitação de autorização á Direcção dos Serviços da Penitenciária onde foi realizado o estudo.

Nesta vertente, o pesquisador comprometeu-se a observar e a respeitar todas as considerações éticas da investigação científica que constam da resolução n° 196 do Conselho Nacional de Saúde, que recomenda o cumprimento dos princípios de não maleficência, de justiça, de imparcialidade e de confidencialidade do pessoal envolvido no estudo. E igualmente foram respeitados todos os aspectos éticos tendo em conta os princípios básicos adoptados na Associação Médica Mundial de Helsinki de Junho de 1964 e a Lei de Investigação em Saúde Humana de Moçambique. O protocolo foi aprovado pelo CIBS/FM&HCM/109/2023 e foi obtido autorização formal do Serviço Nacional Penitenciário, através do Gabinete do Director Geral, sob o N/Refª/ 0002024/SERNAP/GDG-RH/024.1/2023

9.2. Recrutamento e Consentimento informado

Para obtenção dos dados, o estudo apresentou um consentimento informado aos participantes (Anexo I), de modo a respeitar os valores e bens fundamentais das sociedades, ou seja, os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos que constam do artigo 3° da Constituição da República de Moçambique.

9.3. Potenciais riscos e como estes foram minimizados

Como toda investigação científica, este estudo envolveu a consideração de potenciais riscos. Os principais riscos identificados foram:

- Segurança do Investigador: Dada a natureza da população estudada, a segurança do investigador representou uma preocupação central.
- Fidedignidade dos Dados: A obtenção de dados fidedignos por parte dos reclusos foi considerada um risco significativo.

- Quebra de confidencialidade: o risco de que as respostas sobre crenças de violencia possam impactar a percepção da instituição prisional sobre o recluso.
- Estigmatização: o risco de o reclusp se sentir rotulado pelos resultados (especialmente na SCS).
- Desconforto psicologico: o cansaço ou a introspecção forçada sobre temas sensíveis (sexualidade e violência).

9.3.1. Para mitigar esses riscos, foram implementadas as seguintes estratégias:

- Acompanhamento da Guarda Penitenciária: O investigador foi acompanhado por um agente da guarda penitenciária desde a selecção do participante até o local da entrevista. Após garantir a segurança do ambiente, solicitava-se a retirada do agente. Essas medidas visaram minimizar os riscos associados à segurança do investigador e aumentar a probabilidade de obtenção de dados confiáveis.
- Estabelecimento de Aliança Terapêutica: No contacto inicial com os participantes, buscou-se estabelecer uma aliança terapêutica, enfatizando a relevância do estudo para a sociedade. Reconheceu-se a possibilidade de que o processo de entrevista pudesse evocar respostas emocionais nos participantes.
- Garantia de Confidencialidade: Para assegurar a confidencialidade dos dados, optou-se pela anonimização , isto é, não utilizamos nomes nos questionários, mas sim usou-se códigos numéricos , assim como, solicitou-se um local de entrevista com acesso restrito, onde apenas o investigador e o participante estivessem presentes. Essa medida visou promover um ambiente de sigilo e conforto, facilitando o relato aberto e honesto por parte dos entrevistados.
- Neutralidade da abordagem: linguagem neutra e debriefing informativo.
- Desconforto psicológico: foi garantido o direito de interrupção explicito (verbalmente e no consentimento informado) que o recluso pode parar de responder a qualquer momento, sem qualquer tipo de penalização ou impacto no seu processo prisional, garantia de local privado e silencioso, assim como, foi assegurado o acesso imediato a atendimento psicológico fornecido por profissionais do centro de saúde do estabelecimento penitenciário.A implementação dessas estratégias buscou equilibrar a necessidade de rigor científico com a protecção do bem-estar tanto dos participantes quanto do investigador.

9.4. Potenciais benefícios

A participação dos reclusos no estudo foi inteiramente voluntária e não implica qualquer forma de recompensa material, vantagem processual ou benefício direto ao participante. Porém, o estudo apresenta benefícios significativos, tanto no âmbito científico quanto social. Comtribui para preencher uma lacuna importante na literatura sobre crenças relacionados a violência sexual em Moçambique , fornecendo evidências que podem apoiar a formulação de políticas de prevenção, reabilitação e reintegração social de reclusos condenados por abuso sexual.

Do ponto de vista institucional, os resultados poderam auxiliar na melhoria de gestão prisional, na criação de protocolos de protecção e na implementação de intervenções psicossociais mais eficazes. A nível comunitário, o estudo reforça a importância da protecção infantil e oferece subsídios para programas de sensibilização e prevenção da violência sexual, também traz beneficios ético-humanitários ao permitir a identificação de necessidades psicológicas e sociais dos reclusos, promovendo intervenções alinhadas com os princípios dos direitos humanso.

9.5. Confidencialidade

O estudo assegurou a confidencialidade de toda informação obtida e outras questões éticas tais como: a identidade, autonomia individual, o respeito, a beneficência, a não maleficência, a justiça social, e também a garantia da privacidade dos dados.

10. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS , DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

O estudo adotou uma metodologia mista (quali-quantitativa), permitindo uma visão multifacetada da *Avaliação das Crenças sobre Violência Sexual em reclusos condenados por crime de abuso sexual*. A fase qualitativa, de cunho etnográfico , aprofundou-se no desvendamento da lógica subjacente e das justificativas discursivas dos participantes, pois a sua relevância transcende o mero registo de declarações, concentrando-se em desvendar a estrutura de crenças subjacente que torna a negação da violência sexual e a culpabilização da vítima socialmente inteligíveis e aceitáveis no grupo estudado.

A etnografia permite, primeiramente, a contextualização rigorosa, que é vital para validar ou refutar as alegações de "práticas culturais' ou de condutas "aprendidas". Através da imersão no campo, o pesquisador pode verificar se essas justificativas reflectem normas culturais partilhadas e legitimadas dentro da comunidade de origem ou do ambiente prisional, e qual o peso real dessas normas nas interações e no sistema de valores dos indivíduos. Em segundo lugar, o estudo adoptou uma abordagem multifatorial, que aumenta a confiabilidade da análise através da triangulação de dados. Ao combinar a observação participante (análise etnográfica), e entrevistas em profundidade, que permitiu capturar comportamentos não verbais, como os sorrisos irônicos, e dinâmicas sociais informais e a análise documental, o que foi possível comparar o que é dito com o que é feito, oferecendo uma visão mais robusta da complexa dinâmica de negação de responsabilidade.

A fase quantitativa mensurou a prevalência e a magnitude das associações entre variáveis, o grau de adesão a crenças permissivas, distorcidas ou justificativas da violência sexual, avaliar a presença de comportamentos sexuais impulsivos e desregulados, através da Escala de Crenças sobre Violência Sexual e Escala de Compulsão Sexual (ECVS, SCS).

Por fim, a busca pela perspectiva interna foi o elemento mais crucial, pois procurou activamente entender o mundo através dos olhos dos reclusos. Essa perspectiva interna é a única que permitiu mapear e interpretar a "complexa rede de crenças" subjacente, revelando por que a dominação masculina, a objetificação da mulher e a minimização da violência, são percebidas como lógicas e aceitáveis por esses actores sociais, iluminando a lógica cultural que sustenta a impunidade e a

justificação dos actos. Assim, o método qualitativo transforma os depoimentos individuais num mapa rico de significados socioculturais.A análise dos dados dessa etapa foi conduzida com base na análise de conteúdo, permitindo a categorização e interpretação dos temas emergentes.

10.1. Observação Etnográfica

Através da nossa observação participante da análise etnográfica, foram avaliados os seguintes parametros: reacções aos estímulos, expressões emocionais e níveis de autoconsciência , envolvendo 15 reclusos.

10.1.1. Reacções aos Estímulos

As reações dos reclusos aos estímulos durante a entrevista variaram significativamente, alguns demonstraram irritabilidade ao ser questionado sobre os detalhes do crime, franzindo a testa e elevando o tom de voz, além de evitar contacto visual, (Recluso 1). Outros , mostravam-se ansiosos e inquietos, movendo as mãos e evitando contacto visual constante, respondendo de forma hesitante, (Recluso 2). Enquanto outro manteve uma postura defensiva, com os braços cruzados, respondendo às perguntas de forma concisa e sem oferecer muitos detalhes, (Recluso 3).

Porém, alguns pareciam confuso ao ser questionado sobre a natureza do crime, pedindo esclarecimentos e demonstrando dificuldade em entender a terminologia utilizada, (Recluso 4). Em contra partida, houve alguns que estiveram mais aberto e comunicativo, respondendo às perguntas de forma detalhada e estabelecendo contato visual, (Recluso 5). Já outros, mantiveram uma postura de negação, contradizendo as informações apresentadas e insistindo em sua inocência, (Recluso 6).

Alguns entrevistados, adoptaram uma postura resignada, respondendo às perguntas de forma passiva e com pouco envolvimento emocional, (Recluso 7). Ao falar sobre sua criação e ambiente familiar, pareceu justificar seu comportamento como algo aprendido e normalizado,(Recluso 8). Demonstrou dificuldade em compreender o conceito de consentimento, interpretando o silêncio ou a falta de resistência como permissão,(Recluso 9).

Ao falar sobre a vítima, demonstrou ressentimento e justificou seu acto como uma forma de retaliação, (Recluso 10). Inicialmente mostrou-se hesitante, mas gradualmente ficou mais

comunicativo, embora minimizando a gravidade de suas ações, (Recluso 11). Na mesma senda, alguns demonstraram um certo egocentrismo ao falar sobre o crime, focando em sua própria satisfação e necessidades, (Recluso 12). Justificou seu comportamento com base em normas sociais ou culturais de seu grupo de origem, (Recluso 13). E finalmente, pareceu iniciar um processo de reflexão sobre seu comportamento, demonstrando alguma abertura, (Recluso 14) e tendo se mostrado mais preocupado com as consequências de seus actos para sua própria vida e família. (Recluso 15).

10.1.2. Expressão de Emoções

A expressão emocional foi diversificada, com destaque para a raiva e a tristeza egocêntrica. Onde apresentaram sinais de raiva ao falar sobre a acusação, mas não demonstrou remorso em relação à vítima,(Recluso 1). E não obstante, expressou tristeza ao falar sobre a família, mas não demonstrou emoções relacionadas ao crime em si (Recluso 2). Não demonstrou emoções fortes, mantendo uma expressão facial neutra durante toda a entrevista. (Recluso 3).

Expressou frustração por não compreender totalmente o motivo de sua condenação. (Recluso 4), também expressou arrependimento, embora com foco nas suas próprias dificuldades e no impacto da prisão em sua vida (Recluso 5), expressou indignação e raiva em relação ao sistema judicial e à acusação (Recluso 6).

Expressou um vago sentimento de injustiça em relação à pena recebida (Recluso 7), não demonstrou emoções fortes, apresentando uma certa naturalidade ao descrever o ambiente em que cresceu (Recluso 8). expressou confusão e frustração ao ser confrontado com a sua interpretação equivocada do consentimento (Recluso 9). Demostrou raiva e ressentimento em relação à vítima (Recluso 10), expressou um leve desconforto ao falar sobre o crime, mas sem demonstrar grande remorso (Recluso 11). Não demonstrou empatia ou preocupação com a vítima (Recluso 12). Não manifestou culpa, apresentando seu comportamento como algo culturalmente aceito (Recluso 13), expressou um leve desconforto e ponderação (Recluso 14), enquanto outro expressou tristeza e arrependimento, mas com foco em sua própria situação prisional (Recluso 15).

10.1.3. Nível de Autoconsciência

O nível de autoconsciência sobre o impacto do crime varia de nulo a inicial. Nesta optica de ideia, pareceu ter pouca consciência do impacto de seus actos na vítima, focando mais nas consequências para si próprio (Recluso 1), mas também apresentou alguma consciência de que seu comportamento teve consequências negativas, mesmo assim atribuiu a culpa principalmente ao álcool (Recluso 2). Parece minimizar a gravidade de seus actos e não demonstrou muita compreensão sobre o conceito de violência sexual,(Recluso 3).

Durante a entrvista, apresentou uma falta de consciência significativa sobre o que constitui violência sexual (Recluso 4), tendo demonstrado alguma consciência de que seu comportamento foi errado, mas ainda parece haver uma dificuldade em se colocar no lugar da vítima (Recluso 5), e não demonstrou nenhuma consciência de ter cometido o crime (Recluso 6).

Teve uma demonstração de consciência superficial de que errou, mas com foco na punição e não na vítima (Recluso 7), tendo revelado uma baixa autoconsciência em relação à inadequação de seu comportamento, vendo-o como parte de sua cultura (Recluso 8), mas também apresentou uma falta de compreensão sobre a autonomia sexual da vítima(Recluso 9).

Demonstraram uma falta de responsabilidade por seus actos, atribuindo a culpa à vítima (Recluso 10), teve uma consciência parcial de que seu comportamento foi inadequado, mas tende a minimizar suas consequências (Recluso 11). Apresentou uma falta de consideração pelas necessidades e sentimentos da vítima, demonstrando egocentrismo (Recluso 12), onde houve uma baixa consciência sobre a universalidade dos direitos sexuais (Recluso 13), indicando um nível inicial de desenvolvimento da autoconsciência em relação ao seu comportamento (Recluso 14), e finalmente demonstrou consciência das consequências legais de seus actos, mas o foco do remorso é egocêntrico (Recluso 15).

10.2. Análise qualitativa em profundidade

O processo de análise seguiu as etapas da análise temática, que compreenderam a leitura exploratória das transcrições, codificação inicial das falas, agrupamento por temas e interpretações dos conteúdos com suporte da literatura cientifica. As falas dos participantes foram mantidas em

anonimato, sendo identificados apenas como " Recluso X", de modo a garantir confidencialidade e respeito ético. Os temas que emergiram da nossa avaliacao foram:

A análise tematica fundamenta-se em cinco pilares centrais: **(primeiro)** minimização da gravidade aliada à culpabilização da vítima; (**segundo)** dominação masculina que resulta na negação do consentimento; (**terceiro)** justificativas culturais para externalizar a responsabilidade; (**quarto)** distorção do conceito de violência, projetando manipulação sobre a vítima; e, por fim, a normalização da transgressão, que leva à total desvalorização do dano causado.

10.3. Categorização e interpretação dos temas emergentes

10.3.1. Minimização da Gravidade e Culpabilização da Vítima

Em relação ao tema da Minimização da Gravidade e Culpabilização da Vítima, constatou-se uma atitude de negação da ofensa e de transferência de culpa. Este mecanismo baseia-se na teoria dos mecanismos de neutralização (Sykes & Matza, 1957; Scurr, 2015; Bandura, 2016), onde a gravidade do acto é desqualificada para evitar a culpa, e a responsabilidade pela violência é injustamente transferida para a pessoa que a sofreu.As falas dos reclusos ilustram claramente esta dinâmica:

"...Não houve faca, não houve espancamento, não fiz nada de tão grave como dizem. Ela estava ali a esticar a corda, com aquelas roupas, no mambo dela... provocou. No fundo, a mulher gosta de sentir uma pressão, de um homem que se impõe, senão não tem piada. Onde eu cresci, isso nunca foi crime, era só um encosto. Não vejo isso como violência de verdade..."(Recluso 1)

"...Eu estar preso por causa disto? É um exagero da justiça. Ela andava a exibir-se no bairro, com aquele jeito de falar e de se mostrar para toda a gente... parecia mesmo que estava a pedir. Mulher que se respeita não age assim. Ela só queria estar com um homem de verdade, mas depois que o mambo aconteceu, arrependeu-se e veio fazer queixa para me lixar..."(Recluso 2)

10.3.2. Dominação Masculina, Internalização da Violência e Negação do Consentimento

A temática da Dominação Masculina, Internalização da Violência e Negação do Consentimento revela um complexo sistema de crenças interligadas que culmina na desqualificação da violência sexual e na culpabilização da vítima. A minimização da acção e a desqualificação da experiência da mulher como violência reflectem a crença na normalidade da coerção em determinados contextos, sugerindo uma possível internalização de modelos de violência, conforme sustentado por Connell & Messerschmidt (2005) sobre a masculinidade hegemônica.

A atribuição de culpa à vítima, com base em sua vestimenta e fala, demonstra a crença na permissividade através da provocação e a objetificação da mulher, reduzindo-a a um objecto que solicita certas acções (Bartky, 1990). Subjacente a essas alegações está a forte crença na dominação masculina, que legitima o controle e a imposição sobre a mulher, desconsiderando sua autonomia e consentimento (Hooks, 2004). Essa intrincada combinação de crenças permite aos ofensores negar a gravidade de seus actos e transferir a responsabilidade, perpetuando o ciclo de violência. Porém, as falas a seguir fornecem evidências textuais:

"...O homem tem as suas necessidades, o seu impulso, percebe? E a mulher tem de saber o lugar dela no relacionamento. Não digo que sou santo, mas ela era minha mulher, tinha de me obedecer e pronto. Esse mambo de 'consentimento' que vocês falam na televisão é conversa de quem não tem lar. Na altura ela era minha propriedade, eu mandava ali..."(Recluso 3)

"...Lá em casa as coisas sempre se resolveram na força. O meu pai batia na minha mãe sempre que ela falhava e ninguém se metia, os vizinhos achavam normal. Eu cresci a ver isso todos os dias. Para mim, a vida era assim mesmo, o homem dita as regras e a mulher aceita..."(Recluso 4)

"...Se ela não queria nada comigo, por que é que aceitou o copo? Por que é que estava a rir e a dar conversa daquele jeito? Mulher quando não quer, afasta-se. Como ela não gritou nem correu, para mim aquilo era um 'sim'. Elas gostam de fazer esse jogo de se fazerem difíceis para valorizar, o homem tem de insistir..."(Recluso 5)

"...No meu bloco, no bairro onde cresci, o respeito conquistava-se na marra. Quem vacilava ou faltava ao respeito levava um corretivo para aprender. Foi o que aprendi com a vida. Às vezes o

sangue sobe à cabeça e exageramos na dose, mas não era para me meterem aqui com criminosos pesados..."(Recluso 6).

10.3.3. Externalização da Responsabilidade e Justificativa Situacional/Cultural

A temática da Externalização da Responsabilidade e Justificativa Situacional/Cultural demonstra a tentativa de legitimar os atos cometidos invocando fatores externos. Alguns reclusos justificaram suas ações com base em práticas culturais, como a aceitação social de casamentos precoces ou de relações com menores em suas comunidades de origem, evidenciando o forte peso das normas tradicionais na construção da identidade e das atitudes dos ofensores (Mabasso e Tereucan, 2022). Outras formas de externalização incluíram a atribuição de culpa ao álcool, ao estresse pessoal ou à própria vítima (retribuição).

"...Na minha terra, no meu contexto, o homem tem de ser dominador, é a nossa cultura. As próprias mulheres da comunidade já esperam que o homem tome o controlo e seja agressivo. Eu só agi como qualquer homem da minha zona agiria, não fiz nada fora do nosso costume..."(Recluso 7)

"...Eu estava totalmente frito da cabeça, tinha bebido muito naquele dia. Nem me lembro direito de como o mambo começou ou terminou. A bebida muda-me completamente, fico outra pessoa. Se aconteceu alguma coisa errada, a culpa é do álcool, não era a minha intenção fazer aquilo sóbrio..."(Recluso 8)

"...A minha vida estava um inferno naqueles dias. Sem emprego, sem dinheiro, a minha família a pressionar-me de todos os lados... eu estava desesperado, com a cabeça a explodir. Acabei por descarregar toda aquela raiva nela. Foi um momento de fraqueza, perdi o controlo por causa do stress..."(Recluso 9)

"...Ela andou a gozar com a minha cara, humilhou-me à frente dos meus amigos e desrespeitou-me como homem. Eu não podia deixar aquilo passar em branco. Só lhe dei o troco para ela aprender a respeitar. Ela colheu o que semeou, mereceu o corretivo..."(Recluso 10).

10.3.4. Definição Distorcida da Violência Sexual e Atribuição de Manipulação à Vítima

Na análise da Definição Distorcida da Violência Sexual e Atribuição de Manipulação à Vítima, percebe-se a fuga da responsabilidade mediante a atribuição de culpa às vítimas, justificando os atos com base em alegada provocação ou consentimento implícito. Esta crença distorcida foi observada também em comportamentos não-verbais, como sorrisos irônicos ou comentários depreciativos. José (2016) argumenta que tais percepções resultam de construções socioculturais que reforçam estereótipos de gênero, culpabilizando a vítima e perpetuando o ciclo da violência sexual.

"...Vocês estão a confundir as coisas. Violência para mim é quando há facada, sangue, quando se bate na pessoa até desmaiar. O que aconteceu ali foi só um contacto, uma insistência de homem. Não percebo por que me tratam como se eu fosse um monstro ou um estuprador de estrada..."(Recluso 11)

"...De onde eu venho, essas coisas resolvem-se em família, com os mais velhos, não são vistas como este crime todo que dá prisão. É um costume nosso para mostrar quem manda na casa. Acho que as leis da cidade são muito estranhas e não batem com a nossa realidade do campo..."(Recluso 12)

"...Ela sabia perfeitamente o que estava a fazer desde o início. Provocou-me até eu não aguentar mais e, quando conseguiu o que queria, veio fazer-se de vítima para o tribunal. Mulher é muito esperta, sabe usar o corpo para manipular e deitar um homem abaixo. Fez isto por vingança..."(Recluso 13)

10.3.5. Normalização da Transgressão e Desvalorização do Dano

A última categoria, Normalização da Transgressão e Desvalorização do Dano, é evidenciada em depoimentos que buscam minimizar a gravidade do evento e normalizá-lo como algo comum. Essa postura de desvalorização serve para diminuir a responsabilidade do perpetrador, invalidando a reação da vítima e, em última instância, perpetuando a ocorrência desses comportamentos ao reduzir a percepção de sua seriedade. Esta atitude alinha-se aos mecanismos de negação da vítima

e negação da injúria (Sykes & Matza, 1957; Scheff, 1988), e pode ser influenciada por uma cultura que tolera ou silencia certas formas de transgressão.

"...Olha para o lado, isto acontece todos os dias em qualquer esquina, nas barracas, em todo o lado. Foi só um deslize, um erro de percurso. Não percebo por que estão a fazer este barulho todo e a estragar a minha vida por causa de uma coisa tão comum..."(Recluso 14)

"...Sinceramente, não vejo qual é o grande problema aqui. Coisas destas acontecem a toda a hora com muita gente, a diferença é que os outros não são apanhados. Estão a dar importância a um mambo que não tem interesse nenhum, como se o mundo estivesse a acabar por causa disso..."(Recluso 15)

10.4. Caracterização dos dados sociodemográficos

A tabela 5, faz derição estatistica dos dados sociodemograficos, onde a amostra foi constituída por 41 participantes do sexo masculino (100,0%). Em termos de idade, houve uma predominância de sujeitos jovens, com mais da metade (53,7%, n=22) concentrada na faixa etária entre 17 e 30 anos. Os participantes com idade entre 31 e 45 anos corresponderam a 31,7% (n=13), enquanto os indivíduos com mais de 45 anos representaram 14,6% (n=6). Relativamente ao estado civil, o grupo dos Solteiros foi o mais numeroso (39,0%, n=16), seguido pelos Casados ou em União Marital (26,8%, n=11). Os participantes Divorciados/Separados e Viúvos representaram a mesma proporção, com 17,1% (n=7) cada.

No que tange à escolaridade, a amostra demonstrou uma concentração nos níveis mais baixos, visto que mais da metade (51,2%, n=21) reportou possuir apenas o Ensino Primário. O nível Secundário foi o segundo mais frequente, abrangendo 29,3% (n=12) dos participantes. A menor proporção foi observada entre aqueles com Ensino Médio/Técnico e os Não Alfabetizados, ambos com 9,8% (n=4).

Quanto à ocupação profissional, a análise revelou uma alta diversidade e uma concentração significativa em categorias de Trabalho Informal. O maior grupo profissional foi o de Jardineiros/Pedreiros (Trabalho Informal), que representou 36,6% (n=15) da amostra. Entre os Trabalhadores Formais, a categoria de Motorista/Cobrador de Chapa foi a mais expressiva, com

17,1% (n=7). Por fim, a distribuição da naturalidade revelou uma forte homogeneidade geográfica, com 75,6% (n=31) dos participantes provenientes da região Sul.

Tabela 5: *Estatistica Descritiva dos dados Sociodemografico*

Variavel	Categoria	N	%
Genero	Masculino	41	100
Idade	17 a 30	22	53,7
	31 a 45	13	31,7
	> 45	6	14,6
Estado civil	Solteiro	16	39,0
	Casado/Uniao marital	11	26,8
	Divorciado/Separado	7	17,1
	Viuvo	7	17,1
Escolaridade	Primario	21	51,2
	Secundario	12	29,3
	Medio/Tecnico	4	9,8
	Não alfabetizado	4	9,8
Profissão			
Trabalahador formal	Mecânico/Electrecista/ Bate chapa	2	4,9
	Segurança	3	7,3
	Motorista/cobrador de chapa	7	17,1
Trabalho Informal	Pastor de gado/talhante	4	9,8
	Comerciante	3	7,3
	Jardineiro/Pedreiro	15	36,6
	Biscateiro/desempregado	1	2,4
Estudante	Estudante -	6	14,6
Naturalidade	Sul	31	75,6
	Centro	7	17,1
	Norte	3	7,3

10.5. Estatística Descritiva sobre o Acto Criminal (Abuso Sexual)

A amostra do estudo foi composta por 41 indivíduos condenados por crimes sexuais. A análise descritiva das variáveis criminais revela padrões específicos no tempo de pena, no vínculo com a vítima, na idade da vítima e no local de ocorrência , conforme ilustra a tabela 6.

Em relação ao tempo de pena, a distribuição da amostra é caracterizada por uma concentração de sentenças mais curtas e penas mais longas. A maioria dos condenados (63,4%, N=26) recebeu penas de 2 a 8 anos. No entanto, uma proporção significativa (29,3%, N=12) foi sentenciada a penas iguais ou superiores a 17 anos, indicando a gravidade de uma parte dos crimes. As penas intermédias, de 9 a 16 anos, foram as menos frequentes, representando apenas 7,3% (N=3) da amostra.Quanto ao vínculo estabelecido com a vítima é predominantemente de afinidade, que inclui namoradas, vizinhas e outros conhecidos. Esta categoria abrange a maioria dos casos, totalizando 87,8% (N=36). Os crimes envolvendo vítimas com laços de parentesco direto (1º, 2º ou 3º grau) foram substancialmente menos frequentes, somando apenas 12,2% (N=5). Especificamente, vítimas de 1º grau (mãe, filha, enteada) representaram 9,8% (N=4), enquanto as de 3º grau (tia, avó, sobrinha) representaram 2,4% (N=1).

A idade da vítima revela um foco preocupante na vulnerabilidade infantil. Mais de metade dos crimes (51,2%, N=21) teve como alvo crianças menores de 10 anos. O segundo maior grupo consistiu em adolescentes, com idades entre 11 e 18 anos, correspondendo a 34,1% (N=14). As vítimas maiores de 18 anos representaram apenas 12,2% (N=5) dos casos.

O ambiente privado surge como o local de ocorrência mais comum, responsável por 60,9% dos crimes (somando residência do agressor e residência da vítima). A residência do agressor foi o local mais frequente para o crime, com 46,3% (N=19) dos casos. Em segundo lugar, a via pública e/ou outros locais foi o cenário para 39,0% (N=16) dos eventos, enquanto a residência da vítima registou 14,6% (N=6).

Tabela 6: *Estatstica descritiva sobre a acto criminal (abuso sexual)*

Variavel	Categoria	N	%
Tempo de pena	2 anos a 8 anos	26	63,4
	9 anos a 16 anos	3	7,3
	≥ 17 anos	12	29,3
Condenado	Sim	41	100,0
	Nao	-	-
Vitima de violacao	1º grau (Mae, Filha, enteada)	4	9,8
	2º grau (Irma)	-	-
	3º Grau (Tia, avo, sobrinha)	1	2,4
	Afinidade (Namorada, vizinha e outros)	36	87,8
Idade da vitima	Menor de 10 anos	21	51,2
	De 11 a 18 anos	14	34,1
	Maior de 18 anos	5	12,2
	Desconhece idade da vitima	1	2,4
Local de ocorrencia	Residencia do agressor	19	46,3
	Residencia da vítima	6	14,6
	Via publica e/ou outros locais/	16	39,0

10.6. Estatística Descritiva dos Fatores Relacionados ao Crime

A amostra total analisada compreende 41 participantes (N=41). A Tabela 7 apresenta a distribuição de frequências absolutas (N) e relativas (em %) para diversas variáveis relacionadas ao consumo de substâncias, percepção do crime, arrependimento, tipo de crença, e aos escores nas escalas de Compulsão Sexual (SCS) e Crenças de Violência Sexual (ECVS).

Em relação ao Consumo de Substâncias, a maioria dos participantes (41,5%) reportou “Sem hábitos alcoólicos e tabágicos” (N=17). No entanto, o uso de álcool foi significativo, sendo que 34,1% (N=14) relataram o consumo exclusivo de "Álcool" e 24,4% (N=10) o consumo de “Álcool e outras drogas”, indicando que mais da metade da amostra (58,5%) faz uso de alguma substância.Quanto à Percepção do Crime, a maioria dos participantes (65,9%; N=27) declarou “Não ter noção” do crime cometido. Apenas 31,1% (N=14) reportou “Ter noção”. O Arrependimento foi uma resposta amplamente maioritária, com 85,4% (N=35) dos participantes afirmando sentir “Sim” arrependimento, enquanto 14,6% (N=6) responderam “Não”.

A variável Tipo de Crença revelou uma distribuição diversificada de atribuições, sendo a categoria de “Crenças culturais e normativas” a mais frequente, com 31,7% (N=13). As demais categorias de crenças apresentaram frequências menores: “Crenças de denominação e superioridade” (17,1%; N=7), “Falta de percepção de violência” e “Justificações pessoais e situacionais” ambas com 14,6% (N=6), “Negação e minimização” com 12,2% (N=5), e “Culpabilização da vítima” com a menor frequência, de 9,7% (N=4).

Na avaliação da SCS (Escala de Compulsão Sexual), a grande maioria dos participantes demonstrou um escore “Baixo” de compulsão sexual, correspondendo a 87,8% (N=36) da amostra. Os escores “Médio” e “Alto” foram observados em uma parcela minoritária, com 7,3% (N=3) e 4,9% (N=2), respectivamente.

Em relação a ECVS (Escala de Crenças sobre Violência Sexual), os resultados indicam uma distribuição dicotômica entre os escores extremos. Quase metade dos participantes (48,8%; N=20) apresentou um escore “Maior”, sugerindo alta adesão às crenças de violência sexual. De forma similar, 46,3% (N=19) apresentou um escore “Menor” (baixa adesão). Apenas 4,9% (N=2) da amostra obteve um escore “Média” nessa escala.

Tabela 7: Estatistica Discritiva dos Factores relacionados ao crime

Variavel	Categoria	N	%
Consumo de substancias	Alcool	14	34,1
	Alcool e outras drogas	10	24,4
	Sem habitos alcoolicos e tabagicos	17	41,5
Percepcao do crime	Nao tem nocao	27	65,9
	Tem nocao	14	31,1
Arrependimento	Sim	35	85,4
	Nao	6	14,6
Tipo de crença	Negacao e minimizacao	5	12,2
	Culpabilizacao da vitima	4	9,7
	Falta de percepcao de violencia	6	14,6
	Justificacoes pessoais e situacionais	6	14,6
	Crencas culturais e normativas	13	31,7
	Crencas de denominação e superioridade	7	17,1
SCS	Alto	2	4,9
	Medio	3	7,3
	Baixo	36	87,8
ECVS	Maior	20	48,8
	Media	2	4,9
	Menor	19	46,3

10.7. Associação entre Compulsão Sexual (SCS) e Variáveis Psicossociais e Comportamentais

A Tabela 8, apresentada examina a associação entre a presença de Compulsão Sexual (SCS) e diversas variáveis categóricas sociodemográficas e de comportamento criminal, utilizando o teste Qui-quadrado ($\chi 2$) para verificar a independência entre as variáveis. O nível de significância estatística foi estabelecido em $P<0.05$.

De forma geral, a investigação não revelou qualquer associação estatisticamente significativa entre a Compulsão Sexual e a maioria das variáveis categóricas analisadas. Especificamente, as condições de hábitos tóxicos não demonstraram preditividade para a presença de SCS ($\chi 2$ (1)=1,081;P=0,298). Embora o consumo de substâncias (álcool/outras drogas) apresentasse numericamente uma maior taxa de SCS (16,7%) em comparação com o grupo sem hábitos tóxicos (5,9%), essa diferença foi considerada não significativa.

De maneira similar, a percepção do crime pelo indivíduo, categorizada entre aqueles que "têm noção" (11,1% com SCS) e "não têm noção" (14,3% com SCS), também se mostrou independente da Compulsão Sexual (χ 2(1)=0,087;P=0,564). No que tange aos tipos de crenças e à existência de condenação anterior (Sim: 0,0% com SCS; Não: 13,2% com SCS), os resultados também foram não significativos (χ 2 (6)=5,608;P=0,429 e χ2(1)=0,450;P=0,670, respectivamente). O resultado mais clinicamente relevante, embora não estatisticamente significativo, foi observado na variável Arrependimento. Os indivíduos que relataram não ter arrependimento pelo crime apresentaram uma prevalência de Compulsão Sexual notavelmente superior (33,3%) em comparação com aqueles que expressaram arrependimento (8,6%). Esta diferença, que representa uma taxa quatro vezes maior de SCS no grupo sem arrependimento, sugere uma tendência de associação. Contudo, o valor de P de 0,148 não alcançou o limiar de significância (α<0,05).

Tabela 8: *Associação entre Compulsão Sexual e variaveis psicossociais e comportamentais*

			Compulsão Sexual (SCS)			
VARIAVEIS	**Categoria**	**N (%)**	**SIM**	**NÃO**	**$X^2_{(df)}$**	**P-valor**
Hábitos tóxicos	Consumo de substâncias (alcool/outras drogas)	24 (100%)	4 (16,7%)	20 (83,3%)	1,081(1)	0,298
	Sem habitos tóxico	17 (100%)	1 (5,9%)	16 (94,1%)		
Percepção do crime	Tem noção	27 (100%)	3 (11,1%)	24 (88,9%)	0,087(1)	0,564
	Nao tem noção	14 (100%)	2 (14,3%)	12 (85,7%)		
Arrependimento	Com arrependiemto	35 (100%)	3 (8,6%)	32 (91,4%)	2,933(1)	0,148
	Sem arrependimento	6 (100%)	2 (33,3%)	4 (66,7%)		
Tipos de crenças	com crenças	41 (100%)	5 (12,2%)	36 (87,8%)	5,608(6)	0,429
	Sem crenças	-	-	-		
Condenação anterior	Sim	3(100%)	0,0%	3(100%)	0,450(1)	0,670
	Não	38(100%)	5(13,2%)	33(86,8%)		

10.8. Associação entre Variáveis Psicossociais e comportamentais e a Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS)

Os resultados da associação entre Crenças sobre Violência Sexual (CVS) e variáveis comportamentais e criminais, encontram-se apresentadas na tabela 9, onde revelam um padrão de alta prevalência e homogeneidade nas crenças em toda a amostra estudada. A análise empregou o teste de Qui-quadrado ($\chi 2$) para determinar a independência entre a presença das crenças (respostas "SIM") e as categorias de cada variável.

Os dados revelam que não houve associação estatisticamente significativa entre qualquer uma das variáveis preditoras e a manifestação das Crenças sobre Violência Sexual, uma vez que todos os P-valores encontrados foram superiores ao nível de significância de 0,05. Observou-se que a proporção de participantes que manifestaram as Crenças sobre Violência Sexual foi consistentemente elevada, situando-se acima de 92,6% em todas as subcategorias.

Em relação a comparação entre indivíduos com consumo de substâncias e aqueles sem hábitos tóxicos demonstrou proporções de 95,8% e 94,1% de prevalência, respetivamente, uma diferença não significativa, conforme indicado por $\chi 2$ (1)=0,063 e P=0,663. Do mesmo jeito, a Percepção do Crime e o Arrependimento também não se associaram de forma significativa com as crenças, embora os grupos "Não tem noção" e "Sem arrependimento" tenham exibido 100% de prevalência, os P-valores de 0,428 e 0,726, respetivamente, confirmam a ausência de uma diferença estatisticamente robusta em relação aos seus grupos de comparação.

Quanto ao histórico de Condenação Anterior também se mostrou independente das crenças ($\chi 2(1)=0,166$; P=0,857). Em suma, os dados indicam que, na amostra analisada, as Crenças sobre Violência Sexual são uma característica prevalente e marcantemente homogênea, não sendo diferenciadas de maneira significativa pelos hábitos tóxicos, pela percepção do crime, pelo arrependimento ou pelo histórico de condenação, o que sugere que o fenômeno pode ser determinado por factores mais amplos e estruturais, que transcendem o impacto isolado dessas variáveis.

Tabela 9: *Associação entre Factores relacionados ao crime e Crenças sobre Sexual*

		Escala de Crenças sobre Violencia Sexual (ECVS)				
VARIAVEIS	**Categoria**	**N (%)**	**SIM**	**NÃO**	**$X^2_{(df)}$**	**P-valor**
Hábitos tóxicos	Consumo de substâncias (alcool/outras drogas)	24(100%)	23(95,8%)	1(4,2%)	0,063(1)	0,663
	Sem habitos tóxico	17(100%)	16(94,1%)	1(5,9%)		
Percepção do crime	Tem noção	27(100%)	25(92,6%)	2(7,4%)	1,090(1)	0,428
	Nao tem noção	14(100%)	14(100%)	-		
Arrependimento	Com arrependiemto	35(100%)	33(94,3%)	2(5,7%)	0,360(1)	0,726
	Sem arrependimento	6(100%)	6(100%)	-		
Tipos de crenças	com crenças	41(100%)	39 (95,1%)	2 (4,9%)	6,739(6)	0,264
	Sem crenças	-	-	-		
Condenação anterior	Sim	3(100%)	3(100%)	-	0,166(1)	0,857
	Não	38(100%)	36(94,7%)	2(5,3%)		

10.9. Discussão.

A presente investigação revela uma convergência fundamental: a violência sexual, longe de ser um fenômeno de desregulação pulsional, configura-se como uma patologia social e cognitiva ancorada em estruturas de poder. Ao cruzar a análise etnográfica com os dados estatísticos, emerge uma realidade onde o agressor opera sob um sistema de crenças resiliente e impermeável às variáveis contextuais clássicas.

10.9.1. A Invisibilidade Estatística e a Natureza das Crenças Societais.

O achado mais instigante deste estudo é a homogeneidade estatística das Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) na amostra. O facto de não existirem associações significativas com o uso de substâncias, histórico criminal ou tempo de condenação não deve ser lido como ausência de dados, mas sim como uma evidência de cristalização ideológica.

Conforme o modelo de Bar-Tal (2000), estamos diante de Crenças Societais. Diferente de opiniões mutáveis, estas crenças são estruturantes da identidade e compartilhadas por um grupo social, servindo para justificar acções e manter a ordem subjetiva. Ao aplicarmos a teoria de Rokeach (1981), percebemos que as crenças de dominação masculina manifestadas pelos reclusos (ex*: "Ela era minha propriedade"*) ocupam o núcleo central do sistema cognitivo (Tipo A e B). Por serem "crenças primitivas", elas são extremamente resistentes à mudança. Alterá-las exigiria uma reestruturação de toda a visão de mundo do indivíduo, o que explica por que a prisão, por si só, falha em gerar um arrependimento genuíno na ausência de intervenções clínicas profundas.

A cristalização destas crenças, observada na amostra, encontra eco na afirmação de Machado (2010), de que estas construções cognitivas são erguidas a partir de um acordo interno entre o que o social dita e o que o sujeito valida para si. No contexto moçambicano estudado, esta validação parece ser mediada por uma cultura de estupro onde o sistema patriarcal favorece a virilidade masculina enquanto desvaloriza a autonomia feminina. Como defende a literatura, estas crenças sociais são o combustível para a eternização da violência, conferindo-lhe uma aura de legitimidade que as torna imunes ao simples decorrer do tempo de prisão.

10.9.2. Desmistificação do Impulso Sexual

Um dos pilares desta discussão é a refutação do mito do "agressor impulsivo". Os dados quantitativos são inequívocos: a vasta maioria da amostra apresenta baixo escore na Escala de Compulsão Sexual (SCS), enquanto quase metade detém níveis elevados de distorções cognitivas (ECVS).

Essa dissociação reforça as teses de Chauí (1985) e Saffioti (1994): o abuso sexual é, primordialmente, um exercício de poder. A violência é o instrumento que converte a diferença biológica em desigualdade hierárquica. Se a compulsão sexual fosse o motor primário, esperaríamos escores de SCS significativamente mais altos. No entanto, o que vemos é um crime motivado por uma ideologia de inferioridade feminina. O acto sexual é apenas o veículo para a afirmação da soberania masculina, validando a perspectiva de dominação-vitimização e descartando a "perspectiva relacional" de Gregori, que falha ao não reconhecer a natureza unilateral e coercitiva da estrutura de crenças revelada pelos reclusos.

A dissociação encontrada entre os baixos escores de SCS e os altos índices de ECVS confirma que a motivação principal reside mais na degradação e humilhação da vítima do que na gratificação de desejos sexuais por si. Este achado é central, pois, como afirma Tomkiewicz (1997), o abuso é o uso do corpo do outro para a satisfação de um desejo de transgressão e domínio. Ao descartar a "perspectiva relacional", este estudo reafirma que a agressão sexual em reclusos não é um "jogo" ou uma "cumplicidade" distorcida, mas sim uma imposição unilateral de papéis de dominação historicamente construídos.

Para além da tese de Saffioti, a literatura de Rita Segato (2003) oferece um contributo crucial: a violência sexual funciona como um "mandato de masculinidade". Segundo a autora, o agressor não viola para satisfazer um desejo sexual, mas para exibir o seu poder perante uma irmandade masculina (real ou imaginária), utilizando o corpo da mulher como um território de conquista. Este "exibicionismo de soberania" explica por que a SCS (Escala de Compulsão Sexual) permanece baixa: o acto é um rito de status e controle, e não uma perda de freios inibitórios.

10.9.3. Mecanismos de Blindagem do Self: Desvinculação e Neutralização

A análise qualitativa desvendou uma complexa rede de defesas psíquicas. Os relatos dos reclusos que atribuem o crime ao álcool ou a "momentos de fraqueza" não são meras desculpas, mas

Mecanismos de Neutralização (Sykes & Matza). Essas táticas permitem que o agressor silencie sua consciência e mantenha uma autoimagem positiva ("*Eu não sou um estuprador, apenas bebi demais"*).

Este processo é complementado pela Desvinculação Moral de Bandura. Ao rotular a vítima como objecto (objetificação) ou sugerir que ela "gostava" ou "provocou" (permissividade pela provocação), o agressor anula a alteridade do outro. A vítima deixa de ser um sujeito de direitos e passa a ser um receptáculo da vontade do agressor. Essa desumanização (Amazarray & Koller) é o requisito cognitivo para que o crime ocorra sem que o agressor entre em colapso psíquico por culpa, utilizando a redução da dissonância cognitiva de Festinger para alinhar seu comportamento violento a uma narrativa de "prática cultural aprendida".

A rede de defesas psíquicas identificada como a atribuição de culpa ao álcool serve como um anteparo que protege o agressor do colapso moral. Segundo Amazarray e Koller (2010), o silêncio e a objetificação são ferramentas que consolidam o poder do agressor, permitindo que a vítima seja vista não como um sujeito de direitos, mas como um objecto descartável. Este processo de redução da dissonância cognitiva é o que permite ao agressor conviver com o seu crime, transformando um acto de violência extrema numa "prática cultural" aceitável dentro do seu microssistema de valores

10.9.4. A Distorção Semântica e a Normalização da Transgressão

Observou-se uma tendência preocupante de normalização da transgressão, onde o dano é minimizado por ser percebido como "algo comum". Mais grave ainda é a distorção semântica do conceito de estupro. Ao condicionar a definição de violência sexual à presença de "sangue" ou agressão física extrema, o agressor cria um refúgio semântico que lhe permite não se identificar com a categoria de criminoso sexual. Essa lacuna entre o acto cometido e a percepção do crime é o maior desafio para a reabilitação, indicando que os esquemas cognitivos disfuncionais (Beck) operam filtrando a realidade de modo a proteger o ego do agressor da gravidade de seus actos.

A resistência em se identificar como "criminoso sexual" na ausência de violência física extrema revela o que Beck denomina de esquemas disfuncionais de filtragem da realidade. Ao criar este "refúgio semântico", o agressor opera uma distorção cognitiva que anula o reconhecimento do dano psicológico, muitas vezes mais indelével que as marcas físicas. Esta lacuna perceptiva

reforça a necessidade de intervenções que não foquem apenas na repressão do comportamento, mas na reestruturação profunda destes padrões de pensamento.

A normalização observada na amostra pode ser interpretada através do conceito de Cultura de Estupro (Buchwald et al., 1993). A literatura indica que, quando o agressor minimiza o dano, ele está a reproduzir um discurso social que tolera a microagressão. Como sustenta Bourdieu (2002) na sua análise sobre a dominação masculina, a violência simbólica é tão eficaz que o próprio agressor deixa de perceber a coerção como crime, integrando-a numa "ordem natural das coisas". Isso reforça a sua descoberta de que a distorção semântica não é um erro de vocabulário, mas um mecanismo de sobrevivência da identidade masculina perante a lei.

10.9.5. Tensões Clínicas

Embora a homogeneidade seja a regra, a tendência observada no grupo sem arrependimento que apresentou escores de SCS mais elevados, ainda que sem significância estatística, sugere a existência de uma parte da amostra onde a patologia individual pode potencializar a ideologia societal. Este cruzamento entre baixo autocontrole (Snyder) e crenças de dominação cria o perfil de maior risco de reincidência, exigindo um olhar clínico diferenciado que a justiça retributiva, focada apenas na pena privativa de liberdade, não consegue oferecer.

Sob a ótica da neuropsicologia forense, a literatura de Marshall e Barbaree (1990) sugere que agressores com altas distorções cognitivas apresentam um défice específico na empatia situacional. Enquanto conseguem ser empáticos em contextos neutros, essa capacidade é desligada quando entram em jogo os seus esquemas de dominação. Isto corrobora com os nossos achados: o recluso pode não ser um compulsivo (baixo SCS), mas possui uma arquitetura cognitiva que desumaniza a vítima para evitar o conflito interno, tornando a reabilitação um processo que exige, antes de tudo, devolver humanidade a quem foi desumanizado.

11. Limitações do estudo

A realização desta investigação enfrentou desafios inerentes à especificidade do contexto prisional e à sensibilidade da temática abordada. Primeiramente, a necessidade de monitorização constante por parte dos guardas penitenciários durante a recolha de dados configurou-se como uma barreira importante. Esta presença, embora exigida por questões de segurança, pode ter condicionado a espontaneidade dos participantes, afetando potencialmente a profundidade das respostas e suscitando questões éticas quanto à privacidade e ao pleno exercício da autonomia do recluso.

Somado a isto, a escassez de literatura científica e de estudos prévios sobre a saúde psicológica e o comportamento desviante no sistema prisional moçambicano dificultou a fundamentação bibliográfica de base local, exigindo um esforço adicional na adaptação de referenciais teóricos externos. No que diz respeito ao trabalho de campo, verificaram-se resistências pontuais no recrutamento de voluntários, dadas as dificuldades de cooperação e a desconfiança natural num ambiente de privação de liberdade.

Por último, os riscos inerentes à segurança pessoal do investigador num meio de alta tensão e a delimitação do grupo amostral focado exclusivamente em reclusos já condenados, impedem a generalização dos resultados para toda a população carcerária. Estes condicionantes, embora reconhecidas, foram geridas de modo a preservar a integridade científica do estudo, servindo simultaneamente como indicadores para futuras investigações na área.

12. Conclusões e recomendações

12.1. Conclusões

O presente estudo, intitulado "Avaliação das Crenças Sobre Violência Sexual em Reclusos Condenados por Crime de Abuso Sexual", alcançou cabalmente o seu objectivo central, ao empregar uma metodologia mista (quali-quantitativa) para avaliar a complexa dinâmica das crenças legitimadoras da violência sexual (VS) numa amostra de reclusos. Os resultados obtidos não apenas confirmam a pertinência da investigação, mas também oferecem um diagnóstico estrutural de elevada relevância científica e social.

A avaliação revelou uma constatação central e inegável: a existência de uma elevada prevalência e de uma notável homogeneidade nas Crenças sobre Violência Sexual (CVS) em toda a amostra estudada. Esta descoberta, caracterizada pela ausência de associação significativa entre a manifestação das ECVS e variáveis sociodemográficas ou comportamentais, constitui a maior contribuição deste trabalho e refuta a visão simplista que circunscreve a violência sexual a factores puramente individuais ou patológicos.

A análise estatística demonstrou a natureza estrutural das crenças, confirmando que estas são Crenças Societais, cuja etiologia é determinada por factores mais amplos e estruturais que transcendem a particularidade do indivíduo. A homogeneidade e a alta prevalência das crenças em toda a amostra indicam que a violência sexual nesta população é sustentada por uma estrutura ideológica e sociocultural permissiva.

O foco das crenças reside profundamente na ideologia machista e na perpetuação de normas rígidas sobre os papéis de género, que legitimam o alegado direito de posse e controlo do homem sobre a mulher. O tipo de crença mais frequente é o de Crenças Culturais e Normativas, o que indica que o acto violento é justificado através de normas sociais percebidas, e não por desvios puramente individuais. A violência é suportada por crenças centrais que actuam como esquemas cognitivos disfuncionais. A dominação masculina e a objectificação da mulher são os eixos centrais desse sistema. A negação da responsabilidade, a minimização da gravidade do acto e a ausência de arrependimento genuíno são mecanismos de desvinculação moral que protegem o self do agressor, reforçando a rigidez desse sistema de crenças.

A fase qualitativa, de cunho etnográfico, aprofundou e deu corpo a este quadro estrutural, desvendando o mecanismo discursivo de desvinculação moral dos agressores. Os depoimentos evidenciaram consistentemente a negação da responsabilidade, a culpabilização da vítima (com base em vestuário ou alegada provocação) e a objectificação da mulher, reduzindo-a a um "mero objecto". Esta estrutura cognitiva serve como um sistema autossuficiente que oferece a justificação necessária para o acto.

A rede de crenças identificada, que inclui a culpabilização da vítima, a externalização da responsabilidade e a distorção da definição do crime ,demonstra que o acto é a manifestação de um sistema que desconsidera a autonomia e o consentimento feminino. Desta forma, o estudo valida a literatura que enquadra o abuso sexual numa relação de dominação-vitimização e contesta as perspetivas que veem a violência como um fenómeno relacional consensual.

12.2. Recomendações do Estudo

Os resultados desta pesquisa confirmaram a elevada e generalizada adesão dos reclusos às Crenças sobre Violência Sexual (CVS), que funcionam como o principal esquema cognitivo para justificar o abuso, enquanto a Compulsão Sexual (SCS) revelou-se um factor secundário. Diante deste cenário, as seguintes recomendações são propostas, visando a intervenção prioritária na estrutura de crenças e nas normas socioculturais que sustentam a violência sexual, de modo a maximizar a eficácia dos programas de reabilitação e prevenir a reincidência.

12.2.1. Recomendações para o Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo (EPPM)

- Implementar programas de Tratamento de Ofensores Sexuais (PTOS) para a diminuição da reincidência;
- Desmistificar normas socioculturais que minimizam ou justificam o abuso;
- Promover uma reflexão profunda sobre o impacto do crime na vítima e na comunidade, desconstruindo a justificação do acto por via de uma alegada aceitação social;
- Evitar a mistura indiscriminada de agressores de diferentes tipologias nos grupos de intervenção, de forma a impedir narrativas ou mecanismos de reforço da conduta sexual abusiva;
- Assegurar a formação especializada de guardas e técnicos prisionais em intervenções psicossociais, e na identificação de distorções cognitivas (ECVS) e mecanismos de negação/minimização utilizados pelos agressores.

12.2.2. Recomendações para a área Académica

- O campo de investigação deve focar-se no aprofundamento das crenças de legitimação e na validação da eficácia das intervenções, promovendo um maior diálogo interdisciplinar;
- Realizar novas investigações sobre o (CVS) para compreender melhor a sua correlação com outras variáveis psicossociais e o seu papel na manutenção do comportamento desviante;
- Conduzir estudos comparativos que analisem o padrão de ECVS entre agressores sexuais e outros tipos de ofensores, a fim de refinar os modelos teóricos e práticos;

- Investigar a prevalência de crenças legitimadoras da violência sexual (CVS) na população em geral e em outros profissionais-chave (educadores, forças de segurança, magistrados);
- Incentivar a adaptação, validação e normatização de instrumentos de avaliação (como o ECVS e o SCS) para o contexto sociodemográfico específico de Moçambique.

13. Referências

Abbey, A., Clinton-Sherrod, A. M., McAuslan, P., Zawacki, T., & Buck, P. O. (2003). The relationship between the quantity of alcohol consumed and the severity of sexual assaults committed by college men. *Journal of Interpersonal Violence*, 18(7), 813–833. https://doi.org/10.1177/0886260503253879

Abromavay, M., Castro, M., Pinheiro, L., & Matinelli, C. (2002). *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas*. Edições UNESCO.

Albert, D. J., Walsh, M. L., & Jonik, R. H. (1993). Aggression in humans: What is its biological foundation? *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*, 17(4), 405–425. https://doi.org/10.1016/S0149-7634(05)80017-4

Amazarray, M., & Koller, S. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(3), 1–12. https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000300013

Arthur, M. (2022, 23 de junho). Falta de denúncia contribuiu para que crimes de violência sexual continuem impunes. *Evidências.* https://evidencias.co.mz/2022/06/23/falta-de-denuncia-contribuiu-para-que-crimes-de-violencia-sexual-continuem-impunes.

Arthur, M. J., Chiluvane, E., Cossa, R., Gusse, A., Macha, P., Mondlane, L., & Mucavele, B. (2006). Coragem e impunidade: *Denúncia e tratamento da violência de género doméstica contra as mulheres em Moçambique*. WLSA Moçambique.

Balier, C. (1997). Psicopatologia dos autores de delitos sexuais contra crianças. In M. Gabel (Org.), *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 114–120). Summus.

Bandura, A. (2016). Mechanisms of moral disengagement. *In Moral disengagement: How people rationalize inhumanity* (pp. 9–31). Worth Publishers.

Bar-Tal, D. (2000). *Shared beliefs in a society*. Sage Publications.

Bartky, S. L. (1990). *Femininity and domination: Studies in the phenomenology of oppression*. Routledge.

Beck, A. T., Freeman, A., & Davis, D. (2005). *Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade*. Artmed.

Beck, A. T., & Knapp, P. (2008). Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30(Supl. 2), S54–S64. https://doi.org/10.1590/S1516-44462008000600002

Beck, J. S. (2013). *Terapia cognitivo-comportamental: Teoria e prática* (2ª ed.). Artmed.

Bourdieu, P. (2002). *A dominação masculina* (2ª ed.). Bertrand Brasil.

Bouhet, B., Pérard, D., & Zorman, M. (1997). Da importância dos abusos sexuais na França. In M. Gabel (Org.), *Crianças vítimas de abuso sexual* (pp. 29–42). Summus.

Bradley, S. J. (2000). *Affect regulation and the development psychopathology*. The Guilford Press.

Brown, S. L., & Forth, A. E. (1997). Psychopathy and sexual assault: Static risk factors, emotional precursors, and rapist subtypes. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65(5), 848–857. https://doi.org/10.1037/0022-006X.65.5.848

Buchwald, E., Fletcher, P. R., & Roth, M. (Orgs.). (1993). *Transforming a rape culture*. Milkweed Editions.

Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). *Metodologia de investigação: Guia para auto-aprendizagem* (2ª ed.). Universidade Aberta.

Cervvo, A. L., & Bervian, P. A. (2002). *Metodologia científica* (5ª ed.). Prentice Hall.

Cezerilo, F., & Franze, J. (2020). A problemática da violência conjugal em Moçambique. *RBSD – Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, 7(1), 33–51. https://doi.org/10.21910/rbsd.v7i1.341

Coelho, B. (2023). *Princípios éticos na pesquisa científica*. UFSC.

Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & Society*, 19(6), 829–859. https://doi.org/10.1177/0891243205278639

Cordech, J. (1991). *Psiquiatria dinámica*. Herder.

Correia, I., & Vala, J. (2003). Crença no mundo justo e a vitimação secundária: O papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento. *Análise Psicológica*, 21(3), 305–314.

Couto, J. M. (2013). *Crenças, distorções cognitivas e violência em relações de namoro* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz].

Curtin, F., & Niveau, G. (1999). Psychosocial profile of Swiss sexual offenders. *Journal of Forensic Sciences*, 44(4), 755–759.

De Antoni, C., & Koller, S. H. (2010). Uma família fisicamente violentada: Uma visão pela teoria bioecológica do desenvolvimento humano. *Temas em Psicologia*, 18(2), 437–450.

Dias, M. J. A. (2018). *Agressão e crenças acerca da violência nas relações íntimas em contexto universitário* [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior]. Repositório Institucional da UBI.

Dunsieth, N. W., Nelson, E. B., Brusman-Lovins, L. A., Holcomb, J. L., Beckman, A., Welge, J. A., Roby, D., Taylor, P., Soutullo, C. A., & McElroy, S. L. (2004). Psychiatric and legal features of 113 men convicted of sexual offenses. *The Journal of Clinical Psychiatry*, 65(3), 293–300. https://doi.org/10.4088/JCP.v65n0302

El-Bassel, N., Simoni, J. M., Cooper, D. K., Gilbert, L., & Schilling, R. F. (2001). Sex trading and psychological distress among women on methadone. *Psychology of Addictive Behaviors*, 15(3), 177–184. https://doi.org/10.1037/0893-164X.15.3.177

Ferreira, M. A. C. (2011). *Manual prático para elaboração de projecto de pesquisa: Metodologia científica*. Centro Estadual de Educação Profissional de Curitiba.

Finney, A. (2003). *Alcohol and intimate partner violence: Key findings from the research* (Home Office Findings No. 216). HMSO.

Fórum Mulher, & UNFPA. (2011). *Violência sexual: Basta de silêncio*! A2 Design.

Freixo, M. (2011). *Metodologia científica: Fundamentos, métodos e técnicas* (3ª ed.). Instituto Piaget.

Furniss, T. (1993). *The multiprofessional handbook of child sexual abuse: Integrated management, therapy, and legal intervention*. Artes Médicas.

Gabel, M. (Org.). (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. Summus.

Giotakos, O., Markianos, M., Vaidakis, N., & Christodoulou, G. N. (2003). Aggression, impulsivity, plasma sex hormones, and biogenic amine turnover in a forensic population of rapists. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 29(3), 215–225. https://doi.org/10.1080/00926230390155114

Guay, J. P., Proulx, J., Cusson, M., & Ouimet, M. (2001). Victim-choice polymorphia among serious sex offenders. *Archives of Sexual Behavior*, 30(5), 521–533. https://doi.org/10.1023/A:1010295813337

Guerra, M. S. L. (2012). *Preditores da compulsividade sexual: Afecto, impulsividade e alexitimia* [Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da UA.

Guimarães, I. S. (2003). *Direito penal sexual: Fundamentos & fontes*. Juruá.

Guimarães, S. P., & Campos, P. (2007). Norma social violenta: Um estudo da representação social da violência em adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 291–300. https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000200015

Habigzang, L. F., & Caminha, R. M. (2004). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica*. Casa do Psicólogo.

Hakli, R. (2006). Group beliefs and the distinction between belief and acceptance. *Cognitive Systems Research*, 7(1), 1–18. https://doi.org/10.1016/j.cogsys.2005.07.001

Hanson, R. K., Morton, K. E., & Harris, A. J. R. (2003). Sexual offender recidivism risk: What we know and what we need to know. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 989(1), 154–166. https://doi.org/10.1111/j.1749-6632.2003.tb07300x

Hooks, B. (2004). *Femininity and domination: Studies in the phenomenology of oppression* (2nd ed.). South End Press

José, Z. B. (2016). Das práticas culturais à violência contra a mulher em Moçambique. *Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas*, 24(2), 263–278. https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/9279

Kavoussi, R. J., & Coccaro, E. F. (1996). Biology and pharmacology treatment of impulsive-control disorders. In J. M. Oldham, E. Hollander, & A. E. Skodol (Eds.), *Impulsivity and compulsivity* (pp. 119–142). American Psychiatric Press.

Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas* (H. Monteiro & F. Settineri, Trads.). Artmed; Editora UFMG.

Lei n.º 24/2019 de 24 de dezembro. (2019). Lei de Revisão do Código Penal. *Diário da República de Moçambique.*

Lieverse, R., Gooren, L. J. G., & Assies, J. (2000). The psychoneuroendocrinology of (sexual) aggression. In E. Coleman & M. Miner (Eds.), *Sexual offender treatment: Biopsychosocial perspectives* (pp. 19–36). The Haworth Press.

Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2006). Escala de crenças sobre a violência conjugal (E.C.V.C.) e Inventário de violência conjugal (I.V.C.): Escalas de avaliação e manual. Universidade do Minho.

Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. I. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69–83.

Machado, L. M. (2010). *Crenças e representações sociais dos adolescentes sobre a violência interpessoal* [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da UFP.

Maes, M., De Vos, N., Van Hunsel, F., Van West, D., Westenberg, H., Cosyns, P., & Neels, H. (2001). Pedophilia is accompanied by increased plasma concentrations of catecholamines, in particular epinephrine. *Psychiatry Research*, 103(1), 43–49. https://doi.org/10.1016/S0165-1781(01)00244-0

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Metodologia científica*. Atlas.

Marshall, W. L., & Barbaree, H. E. (1990). Outcome of comprehensive cognitive-behavioral treatment programs. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 363–385). Plenum Press.

Martins, S. M. C. (2012). *Vitimização e perpetração sexual em jovens adultos: Da caracterização da prevalência às atitudes* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório Institucional da UMinho.

Matos, M., Negreiros, J., Simões, C., & Gaspar, T. (2009). *Violência, bullying e delinquência: Gestão de problemas de saúde em meio escolar*. Coisas de Ler Edições.

Mattar, F. N. (2001). *Pesquisa de marketing* (3ª ed.). Atlas.

Matza, D., & Sykes, G. M. (1957). Techniques of neutralization: A theory of delinquency. *American Sociological Review*, 22(6), 664–670. https://doi.org/10.2307/2089195

Mebarak, M. R., Martínez, M. L., Herrera, A. S., & Lorenzo, J. E. (2010). Una revisión acerca de la sintomatología del abuso sexual infantil. *Psicología desde el Caribe*, 26, 93–109.

Minayo, M. C. S., & Souza, E. R. (1997). É possível prevenir a violência? Reflexões a partir da saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2(1-2), 7–24. https://doi.org/10.1590/S1413-81231997000100002

Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Estatística, & ICF Internacional. (2017). *Moçambique: Inquérito demográfico e de saúde 2011*. MISAU.

MISAU-DNAM. (2021). *Relatório de actividades na área da violência baseada no género*. Ministério da Saúde de Moçambique.

Oliveira, A., Chamon, E., & Mauricio, A. (2010). Representação social da violência: Estudo exploratório com estudantes de uma universidade do interior do estado de São Paulo. *Educar em Revista,* 36, 261–274. https://doi.org/10.1590/S0104-40602010000100017

Oliveira, J. (2011). *Violência no namoro: Adaptação de um programa de prevenção em jovens universitárias* [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior]. Repositório Institucional da UBI.

Oliveira, M. M. (2013). *Como fazer pesquisa qualitativa* (5ª ed.). Vozes.

Organização Mundial da Saúde. (2002). *Relatório mundial sobre violência e saúde*. Organização Mundial da Saúde.

Osório, C., & Macuacua, E. (2013). *Os ritos de iniciação no contexto atual de ajustamento, ruptura e confrontos, construindo identidade de gênero*. WLSA Moçambique.

Osório, C., & Silva, T. C. (2009). *Gênero e governação local: Estudos de caso na província de Manica, distrito de Tambara e Machaze*. WLSA Moçambique.

Pacheco, L. R. (2012). *Violência conjugal no âmbito doméstico: As vozes de mulheres agredidas* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFG.

Paim, J. (2006). Entendo a violência doméstica. In M. A. E. Pereira (Org.), *Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos. Seminário de Capacitação para juízes, procuradores, promotores, advogados e delegados: Protegendo as mulheres da violência doméstica* (pp. 1–15). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Pestana, D. D., & Velosa, S. F. (2006). *Introdução à probabilidade e à estatística* (Vol. 1, 2ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.

Pires, D., Pereira, M., Paiva, S., & Silva, C. (2017*). Intervenção psicológica em perturbações de personalidade*. Pactor.

Pournaghash-Tehrani, S. (2011). The role of beliefs, attitudes and adverse childhood experiences in predicting men's reactions towards their spouses' violence. *Journal of Family Violence*, 26(7), 541–551. https://doi.org/10.1007/s10896-011-9390-y

Quinsey, V. L., Harris, G. T., Rice, M. E., & Cormier, C. A. (2003). *Violent offenders: Appraising and managing risk*. American Psychological Association.

Rangé, B. (Org.). (2011). *Psicoterapias cognitivo-comportamentais: Um diálogo com a psiquiatria* (2ª ed.). Artmed.

Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, L. (2012). *Manual SARAR - Sinalizar, Apoiar, Registar, Avaliar, Referenciar: Uma proposta de manual para profissionais de saúde na área da violência familiar/entre parceiros íntimos.* Centro Hospitalar Universitário de Coimbra.

Ribeiro, M., & Sani, A. (2008). As crenças de adolescentes sobre a violência interpessoal. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa*, 5, 233–256.

Saffioti, H. I. B. (1994). Violência de gênero no Brasil atual. *Estudos Feministas*, 2(1), 443–461.

Salter, D., McMillan, D., Richards, M., Talbot, T., Hodges, J., Bentovim, A., Hastings, R., Stevenson, J., & Skuse, D. (2003). Development of sexually abusive behaviour in sexually victimised males: A longitudinal study. *The Lancet*, 361(9356), 471–476. https://doi.org/10.1016/S0140-6736(03)12466-1

Scaparti, A. S. (2013). *Os mitos de estupro e a (im)parcialidade jurídica: A percepção de estudantes de direito sobre mulheres vítimas de violência sexual* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Repositório Institucional da UFES.

Scheff, T. J. (1988). Shame and conformity: The social control of emotions. *American Sociological Review*, 53(3), 395–406. https://doi.org/10.2307/2095647

Scurr, D. (2015). *Rape in capitalist society: The production of sexual violence*. Routledge.

Segato, R. L. (2003). *Las estructuras elementales de la violencia: Ensayos sobre género, antropología, psicoanálisis y derechos humanos*. Prometeo Libros.

Silva, E. R. G. da, Oliveira, T. P. S. de, Bedin, S. P. M., & Rover, A. J. (2011). Processamento cognitivo da informação para tomada de decisão. *Perspectivas em Gestão & Tecnologia*, 2(1), 127–141.

Soares, M., & Cláudio, V. (2010). Crenças e atitudes sobre a violência doméstica e satisfação com o suporte social em sujeitos adictos e não-adictos. In C. Nogueira et al. (Eds.), *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 1150–1163). Universidade do Minho.

Stearns, P. N. (2012). *História das relações de gênero*. Editora Contexto.

Thompson, S. K. (2002). *Sampling* (2nd ed.). Wiley-Interscience.

Veloso, M. (2015). *Maus-tratos contra crianças e adolescentes: Limites e possibilidades de actuação de profissionais de saúde* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade Federal do Pará.

Ventura, M., Frederico-Ferreira, M., & Magalhães, M. (2013). Violência nas relações de intimidade: Crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, 2013(9), 11–20. https://doi.org/10.12707/RIII1207.

14. Apêndices

14.1. Apêndice I: Questionário sócio demográfico nº_____

Data_____/_____/_____

1. Dados pessoais

Idade_____,Sexo___;Estado civil_____ Agregado familiar_____; Número de filhos _____; Residência_____; Naturalidade_____, Nível académico_____; Profissão_____; Religião _____.

2. Questões gerais

- Foi condenado por algum tipo de crime de abuso sexual? Sim ( ); Não ( ). Se não qual? _____; se sim quantas vezes já foi condenado?_____
- Já foi condenado no passado por algum tipo de crime? Sim ( ); não ( ); se sim qual?_____
- Quanto tempo foi é a sua pena?_____
- Já violou sexualmente alguém? Sim ( ); Não ( ). Se sim quem é? Irma ( ); Irmao( ); Mae ( ); Tia ( ); Avo( ); Vizinha ( ); Sobrinha ( ); Filha ( ); Enteada/o( ); e outros_____
- Onde foi? Na rua ( ); na residência da vítima ( ); na sua própria casa ( ); tem um local preferido? Sim ( ); não ( ); se sim onde?_____
- Como faz a escolha das vítimas?_____
- Como faz o seu plano para a concretização da violação?_____
- O que entendes de violência sexua_____
- Consideras isso um crime? Sim ( ); não ( ); comente_____
- Consome algum tipo de bebida alcoólica? Sim ( ); não ( ); se sim qual?_____

- Consome algum tipo de drogas? Sim ( ); não ( ); Se sim qual?_____
- Alguma vez foi vítima de violência sexual? Sim ( ); não ( ); se sim quem o violentou?_____, e onde ocorreu? _____, e quantos anos tinha?_____
- Já teve algum incidente de ITS? Sim ( ); não ( ); se sim como aconteceu?_____
- Se fosse para voltar no passado faria a mesma coisa? Sim ( ); não ( ); comente_____

14.2. Apêndice II: Instrumentos de colecta de dados.

14.2.1. Escala de Crenças Sobre Violência Sexual (ECVS)

Instruções: encontra em baixo um conjunto de informações em relação a comportamentos de natureza sexual, onde você é pedido para que leia atentamente as frases e exprima a sua opinião em relação a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas, a sua opinião é o mais importante. Assinale usando uma escala que vai de 1 (Discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente), o seu grau de concordância com as seguintes questões:

1-Discordo totalmente; 2- Discordo; 3- Não concordo; 4- Concordo; 5-Concordo totalmente

N.º/Ord	Itens	1	2	3	4	5
1	Os agressores sexuais são quase sempre desconhecidos da vítima.					
2	Se uma pessoa já tiver mantido antes relações sexuais com a outra, então não se pode falar de violência sexual.					
3	Só são vitimas de agressões sexuais as pessoas " indecentes."					
4	Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros (as) é que cometem agressões sexuais.					
5	As pessoas dizem que foram vítimas de violência sexual quando se querem vingar de alguém.					
6	Forçar o cônjuge (marido/esposa) a ter relações sexuais não é violação.					
7	Há pessoas que merecem ser violadas.					
8	Há um certo ponto a partir do qual " nenhum homem é de ferro."					
9	Se não for usada violência física, então não se pode dizer que o acto sexual foi forçado.					
10	Quando as mulheres dizem não (ao sexo), muitas vezes querem dizer sim.					

11	Se uma pessoa provoca sexualmente outra, não se pode depois queixar de ter sido violada.					
12	A maioria das queixas de violação é falsa ou exagerada.					
13	Se uma pessoa se expõe por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação, a culpa é sua se for vítima de um ataque sexual.					
14	Muitas queixas de violação são inventadas quando os (as) companheiros (as) expressam o desejo de terminar a relação.					
15	Os agressores sexuais, na sua maioria, são pessoas com um aspecto diferente das outras.					
16	Se uma pessoa não agredir fisicamente nem magoar a outra então a violação é pouco grave.					
17	Algumas pessoas têm prazer sexual quando são violadas.					
18	Algumas pessoas têm o desejo secreto de ser violadas e gostariam que tal acontecesse.					
19	Há mulheres que gostam que os homens usem um pouco de força para as convencer a ter sexo.					
20	Muitas queixas de violação são inventadas quando as pessoas se arrependem do que fizeram.					
21	Se a pessoa violada tiver um comportamento sexual "indecente", então a agressão sexual é menos grave.					
22	Forçar o namorado(a) a ter relações sexuais não é violação.					
23	Uma queixa de violação feita dias pois o acto provavelmente não é verdadeira.					

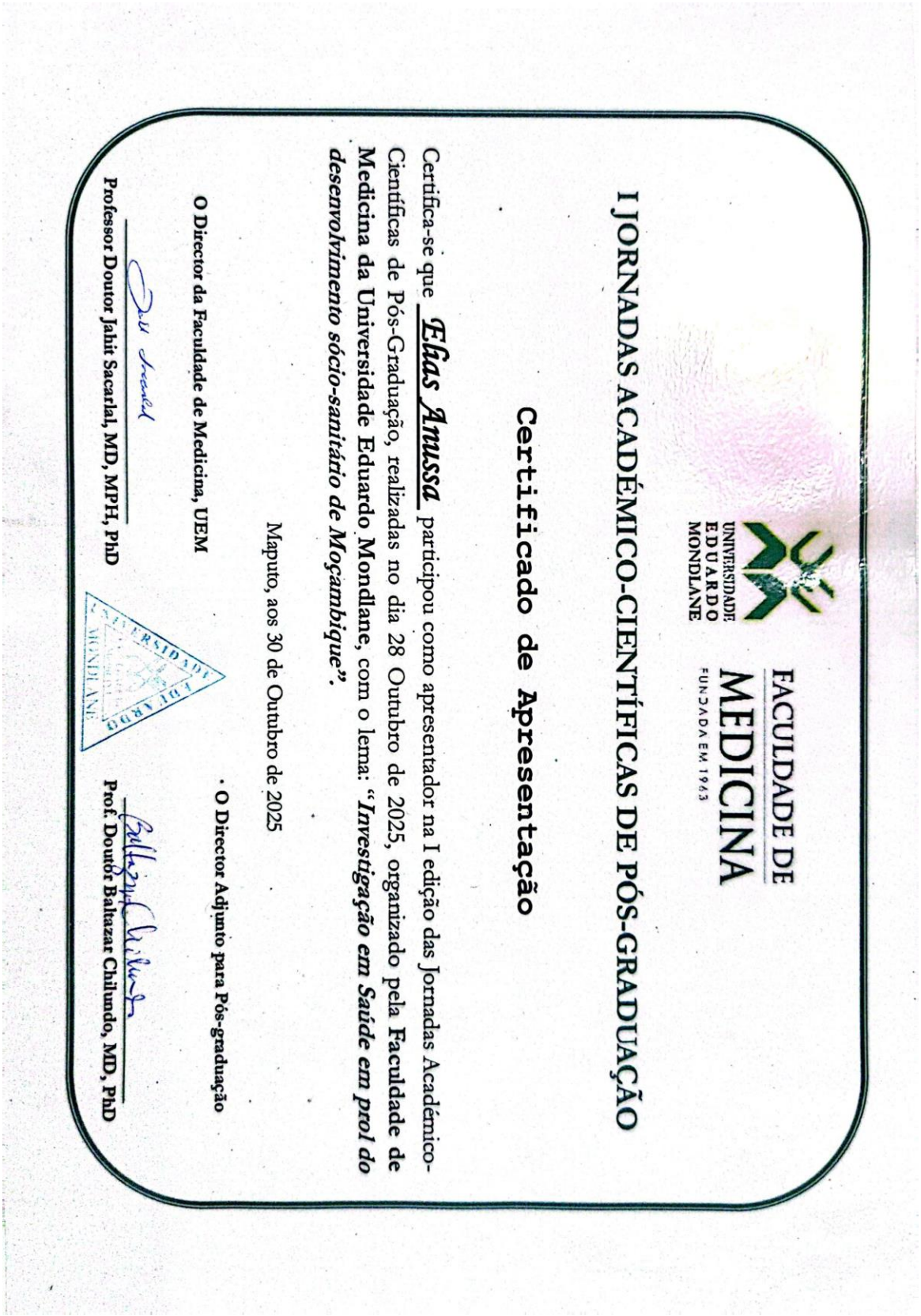
24	Uma pessoa pressionar a outra para ter relações sexuais pode ser uma forma de expressar amor e envolvimento.					
25	Se uma pessoa não resistir fisicamente, então não pode dizer que foi vítima de agressão sexual.					
26	"Quem anda á a chuva molha-se''; quem não quiser ser agredida sexualmente deve evitar expor-se ao risco.					
27	Se uma pessoa é violada quando está alcoolizada e/ou sob efeito de outras drogas, então pelo menos uma parte da culpa é dela.					
28	Se uma pessoa aceita algum acto de natureza sexual com outra (e.g.,caricias, beijos), então isso quer dizer que ela aceita ter relações sexuais com essa pessoa.					
29	Se uma pessoa não quiser mesmo ser violada, ela consegue defender-se.					
30	Se a pessoa violada já não era virgem, a violação é menos grave.					

14.3. Apêndice III: Escala de Compulsividade Sexual (SCS)

De seguida encontram-se algumas afirmações acerca da sexualidade humana. Indique em que medida cada uma delas se relaciona consigo. Considerando que não existem respostas certas ou erradas, solicitamos a maior sinceridade possível. Assinale usando uma escala que vai de 1 (Nada) a 4 (Muito), o seu grau de concordância com as seguintes questões: 1-Nada; 2- Um pouco; 3- As vezes; 4- Muito.

Nº	Itens	1	2	3	4
1	O meu apetite sexual tem interferido nos meus relacionamentos				
2	Os meus pensamentos sexuais e comportamentos estão a causar problemas na minha vida				
3	A minha vontade de ter sexo tem desorientado a minha vida diária				
4	Às vezes falho compromissos e responsabilidades por causa dos meus comportamentos sexuais				
5	Às vezes fico tão excitada que poderia perder o controlo				
6	Dou por mim a pensar em sexo durante o trabalho				
7	Sinto que pensamentos e sentimentos sexuais são mais fortes que eu				
8	Tenho de lutar para controlar os meus pensamentos sexuais e comportamento				
9	Penso em sexo mais do que gostaria				
10	Tem sido difícil para mim encontrar parceiros sexuais que desejem ter sexo tanto quanto eu.				

14.4.Apêndice IV: Evidência de participação em eventos científicos



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE MEDICINA

FUNDADA EM 1963

I JORNADAS ACADÉMICO-CIENTÍFICAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Certificado de Apresentação

Certifica-se que ***Elias Amussa*** participou como apresentador na I edição das Jornadas Académico-Científicas de Pós-Graduação, realizadas no dia 28 Outubro de 2025, organizado pela **Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane**, com o lema: ***"Investigação em Saúde em prol do desenvolvimento sócio-sanitário de Moçambique".***

Maputo, aos 30 de Outubro de 2025

O Director da Faculdade de Medicina, UEM

Professor Doutor Jahit Sacarlal, MD, MPH, PhD

O Director Adjunto para Pós-graduação

Prof. Doutor Baltazar Chilundo, MD, PhD

14.5.Apêndice V: Evidência de participação em eventos científicos



CERTIFICADO

Certificamos que **Elias Inoque Anussa,** apresentou a comunicação intitulada **Avaliação das crenças sobre violência sexual em reclusos condenados por crime de abuso sexual no Estabelecimento penitenciário provincial** nas Jornadas Científicas da Faculdade de Educação e Psicologia edição 2025, realizada **nos dias 22 à 24 de Setembro de 2025.**

Maputo aos 24 de Setembro de 2025

Prof. Doutor Bonifácio Obadias Langa

Director da Faculdade de Educação e Psicologia

15. Anexos

15.1.Anexo I: Consentimento informado

Presado participante!

Eu sou **Elias Enoque**, estudante do curso de Mestrado em Saúde Mental e Psicointervenção, da Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane, estou levando a cabo um trabalho de investigação para a conclusão do curso intitulado: avaliação das crenças sobre violência sexual em reclusos condenados por crime de abuso sexual

Eu _____, declaro que fui informado de forma satisfatória que a presente pesquisa tem por finalidade recolher a informação sobre as crenças em relação a violência sexual, de modo a elaborar um estudo em relação ao tema em destaque;

Fui devidamente esclarecido da importância da minha participação nesta pesquisa, dos riscos que dela decorrem;

Compreendi que não receberei nenhuma recompensa material e nem monetária por participar do estudo;

Fui devidamente esclarecido do direito que tenho em me retirar do estudo a qualquer momento sem qualquer prejuízo;

Compreendi que a informação relativa a minha participação terá carácter confidencial e que em termos de grupo a informação será utilizada para avaliar as crenças de violência sexual e deste modo permitirá formas mais adequadas para lhe dar com os vitimários por parte dos profissionais;

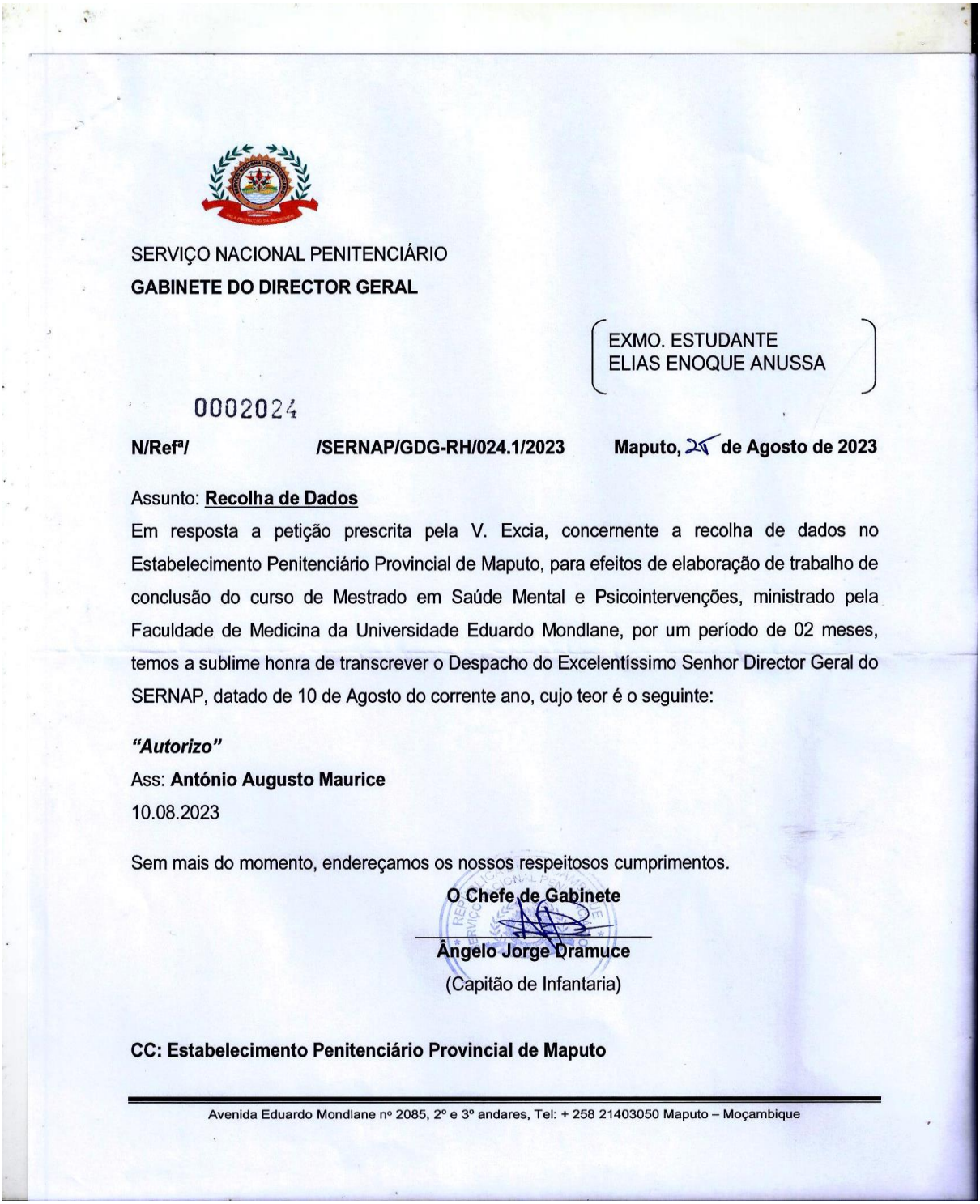
Compreendi também que se tiver perguntas as poderei fazer contactando a qualquer momento o investigador através do IPAJ do estabelecimento penitenciário.

Assinatura do investigador: Assinatura do participante:

_____ _____

Data____/_____/_____ **Data____/_____/_____**

15.2.Anexo II: Carta de cobertura do local onde foi realizado o estudo.



SERVIÇO NACIONAL PENITENCIÁRIO
GABINETE DO DIRECTOR GERAL

EXMO. ESTUDANTE
ELIAS ENOQUE ANUSSA

0002024

N/Refª/ /SERNAP/GDG-RH/024.1/2023 Maputo, 24 de Agosto de 2023

Assunto: **Recolha de Dados**

Em resposta a petição prescrita pela V. Excia, concernente a recolha de dados no Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo, para efeitos de elaboração de trabalho de conclusão do curso de Mestrado em Saúde Mental e Psicointervenções, ministrado pela Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane, por um período de 02 meses, temos a sublime honra de transcrever o Despacho do Excelentíssimo Senhor Director Geral do SERNAP, datado de 10 de Agosto do corrente ano, cujo teor é o seguinte:

"Autorizo"
Ass: **António Augusto Maurice**
10.08.2023

Sem mais do momento, endereçamos os nossos respeitosos cumprimentos.

O Chefe de Gabinete

Ângelo Jorge Dramuce
(Capitão de Infantaria)

CC: Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo

Avenida Eduardo Mondlane nº 2085, 2º e 3º andares, Tel: + 258 21403050 Maputo – Moçambique

15.3.Anexo III: Parecer do supervisor para a submissão de Dissertação

Flávio Mandlate, Médico Psiquiatra e Doutor em Psiquiatria e Psicologia Médica pela Universidade Federal de São Paulo - Brasil, afecto no Hospital Psiquiátrico do Infulene, supervisor do estudante Elias Inoque Anussa, do curso de Mestrando em Saúde Mental e Psicointervenção, tendo verificado que a dissertação intitulada *"Avaliação Das Crenças Sobre Violencia Sexual Em Reclusos Condenados Por Crime De Abuso Sexual"*, cumpre com os requisitos indicados do RCPG, recomenda que o trabalho seja submetido a avaliação.

Maputo, 23 de Fevereiro de 2026 Assinatura



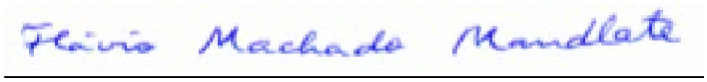
Flávio Mandlate (MD, Msc, PhD)

15.4.Anexo IV:

Carta de Autorização para anexação de artigo para submissão de Dissertação

Flávio Mandlate, Médico Psiquiatra e Doutor em Psiquiatria e Psicologia Médica pela Universidade Federal de São Paulo - Brasil, em exercício no Hospital Psiquiátrico do Infulene, supervisor do estudante Elias Inoque Anussa, na condição de co-autor do artigo cujas referências são abaixo indicadas, autorizo o co-autor Elias Inoque Anussa, a anexá-los ao processo de submissão da sua Dissertação de Mestrado, intitulada "*Avaliação Das Crenças Sobre Violencia Sexual em Reclusos Condenados Por Crime de Abuso Sexual*" como parte dos requisitos exigidos pelo Departamento de Coordenação de Mestrado em Saúde Mental e Psicointervenção da Universidade Eduardo Mondlane para a avaliação pelo Júri.

Maputo, 23 de Fevereiro de 2026 Assinatura



Flávio Mandlate (MD, Msc, PhD)

Referências dos artigos em causa

Revista Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental,https://www.revistapsiquiatria.pt/index.php/sppsm/authorDashboard/submission/676

15.5. Anexo V: CURRICULUM VITAE

Elias Inoque Anussa

Endereço: Bairro Muhalaze-Matola, Maputo, Moçambique
+258 87 5272929 | eliasinoque31@gmail.com

FORMAÇÃO ACADÉMICA

We EmpowerNampula online

- *Gestão e Análise de Dados com SPSS-27* 2025

KEYLON **Maputo**

- *Procurement em ONG'S* 2024

Traumaclinic **Brasília *online***

- *Psicoterapeuta EMDR* *2023*

ICICT-Biblioteca de Manguinhos Brsil on-line.

- *Treinamento Especial "ABNT – Citações"* 2023

ISCTAC **Maputo**

- *Licenciatura em Psicologia Clinica* 2016

CRDS Maputo

- *Técnico em Planificação e Gestão Aplicada a Solução de Problemas de Saúde* 2012

Ministério da Defesa Maputo

- *Instrução básica militar* 2011

Instituto de Ciências de Saúde de Chimoio **Chimoio**

- *Técnico Médio em Enfermagem Geral* *2010*

EXPERIÊNCIAS

Mafurra- Instituto Técnico de Formação profissional **Maputo**

- *Coordenador do Curso de Enfermagem* 2020 – 2025
- *Diploma de melhor docente do ano.* *2024*
- *Diploma de mérito por ministrar aulas online durante o Estado de emergência (pandemia de COVI-19)* 2019- 2020

MISAU ***Nampula***

- *Enfermeiro Chefe Distrital do Centro de Saúde de Monapo* *2010 -2011*

Ministério da Defesa ***Maputo***

- *Director adjunto do Banco de Socorros do Hospital Militar* *2019 -2020*
- *Ponto focal de Psicologia a nível do ramo do Exercito* *2023-2025*
- *Primeiro simpósio de saúde mental no sector da defesa* *2024*
- *SOCAF-Mozambique Medical Knowledge Exchange* *2024*

PUBLICAÇÃO DE ARTIGO

Artigo em revista

Anussa, *E*. (2025). "Crenças Sobre Violência Sexual em Reclusos Condenados por Crime de Abuso Sexual no Estabelecimento Penitenciário Provincial de Maputo" Revista Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental,https://www.revistapsiquiatria.pt/index.php/sppsm/authorDashboard/submission/676.

APRESENTAÇÃO DO EVENTO CIENTÍFICO

Apresentação oral

"Avaliação das crenças sobre violência sexual em reclusos condenados por crime de abuso sexual no estabelecimento penitenciário provincial de Maputo". Jornada Científica na Faculdade de Educação e Psicológia da Universidade Pedagógica de Maputo, edição 2025

"Avaliação do nível de tolerância social em relação a violência contra a mulher na cidade de Maputo". I Jornada Académica Científica de Pós-graduação da Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane.

IDIOMAS

Português *– Excelente* ***Shona****- Nativ*

Inglês *– intermédio*

Macua*- Básico*

Sena*- Básico*

Xichangana*- Básico*

Yao *– Básico*

15.6. Anexo VI: Pedido de autorização para utilização da escala de crenças sobre a violência sexual (ECVS)

Caixa de entrada



Elias Enoque <eliasinoque31@gmail.com> 22 de jul. de 2023, 18:39

para rabrunhosa@psi.uminho.pt

Venho por este meio solicitar a V.Ex.ª a autorização da utilização da "Escala de Crenças Sobre Violência Sexual (ECVS) ", no âmbito de um estudo de investigação científica, subordinado ao tema " AVALIAÇÃO DAS CRENÇAS SOBRE VIOLENCIA SEXUAL EM RECLUSOS CONDENADOS POR CRIME DE ABUSO SEXUAL", em contexto de Mestrado em Saúde Mental e Psico intervenções da Faculdade de Medicina, Universidade Eduardo Mondlane.

Certo da melhor compreensão por parte de V. Ex.ª ao assunto em questão e aguardando uma resposta favorável ao pedido, apresento os melhores comprimentos.

R

Rui João Abrunhosa Carvalho Gonçalves <rabrunhosa@psi.uminho.pt> 23 de jul. de 2023, 19:14

para mim

Exmº. Sr. Dr. Elias Enoque

Nada tenho a opor ao uso da escala para os fins referidos. Deve contudo contactar o autor principal, Drª Sónia Martins e a professora Celina Manita. A outra autora (Carla Machado) já não está entre nós, infelizmente.

Melhores cumprimentos

Rui Abrunhosa Gonçalves

From: Elias Enoque <eliasinoque31@gmail.com>
Sent: Saturday, July 22, 2023 5:39 PM
To: Rui João Abrunhosa Carvalho Gonçalves
Subject: Pedido de autorização para utilização da escala de crenças sobre a violência sexual (ECVS)

...

[Mensagem cortada] Exibir toda a mensagem



Elias Enoque <eliasinoque31@gmail.com> 23 de jul. de 2023, 20:12

para Rui

Boa noite Dr, tentei contactar a Drª. Sônia, já lá se vão duas semanas e meia, ainda não me deu o feedback.

R

Rui João Abrunhosa Carvalho Gonçalves <rabrunhosa@psi.uminho.pt> 26 de jul. de 2023, 00:02

para mim

Pronto, mas pela minha parte tudo bem

Cptos

Rui A.